



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**GILMA BRITO DA SILVA**

**O BAIRRO NA CIDADE CORPORATIVA: UM ESTUDO SOBRE O  
BAIRRO VALÉRIA**

**SALVADOR**

**2013**

**GILMA BRITO DA SILVA**

**O BAIRRO NA CIDADE CORPORATIVA: UM ESTUDO SOBRE O  
BAIRRO VALÉRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva

**SALVADOR**

**2013**

---

S586Silva, Gilma Brito da

O bairro na cidade corporativa: um estudo sobre o Bairro Valéria  
/Gilma Brito da Silva.- Salvador, 2013.

112 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em  
Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências,  
2013.

1. Geografia urbana - Salvador (BA). 2. Capitais (Cidades). 3.  
Bairros.4. Planejamento urbano. I. Silva, Maria Auxiliadora da.II.  
Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911. 375(813.8)

---

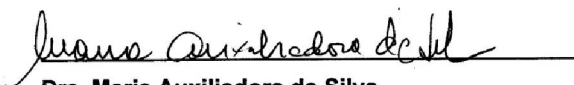
Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.

TERMO DE APROVAÇÃO

O bairro na cidade corporativa: um estudo sobre o bairro Valéria.

**GILMA BRITO DA SILVA**

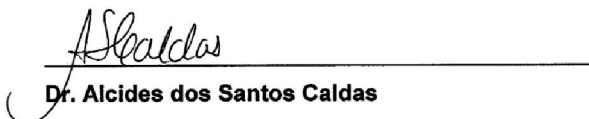
BANCA EXAMINADORA



**Dra. Maria Auxiliadora da Silva**

Doutora em Geografia

*Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.*



**Dr. Alcides dos Santos Caldas**

Doutor em Geografia

*Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.*



**Dr. Antônio Heliodório Lima Sampaio**

Doutor em Arquitetura e Urbanismo

*Departamento da Teoria e Prática do Planejamento, UFBA, Brasil.*

**Aprovado em Sessão Pública de 29/08/2013.**

*“A divina centelha do poder criativo ainda está viva em nós, e se a graça nos é dada de transformá-la numa chama, então o curso das estrelas não poderá derrotar nosso esforço para atingir o objetivo do projeto humano”.*

*Toynbee*

## **Agradecimentos**

*Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me dar a oportunidade de trilhar os caminhos que trilhei. Por me proteger sempre e colocar em meu caminho pessoas que me ajudaram a ser o que sou hoje.*

*Sou imensamente grata ao grupo PEU – Produção do Espaço Urbano, no qual iniciei minha carreira acadêmica e que me apresentou a inestimável obra do professor Milton Santos. Este, que não pude conhecer em vida (material), mas que anima e inquieta nosso espírito, se mantendo vivo entre nós a partir de suas obras.*

*Agradeço também aos amigos que pude fazer nessa caminhada. Estes foram de fundamental importância, já que estiveram presentes nos momentos de cansaço e dúvida, dando a força necessária, assim como nos momentos de conquista, compartilhando comigo.*

*Agradeço também aos professores Alcides Caldas e Heliódório Sampaio, pelas contribuições neste trabalho. Todas me fizeram refletir e encontrar o caminho correto.*

*Finalmente, e não menos importante, agradeço à professora Maria Auxiliadora, que sempre foi e será muito mais que uma orientadora.*

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
SIGLAS.....	9
FIGURAS.....	10
TABELAS E FOTOS.....	10
RESUMO .....	12
INTRODUÇÃO .....	14
<b>CAPÍTULO 1 – A CIDADE .....</b>	<b>34</b>
1.1 - A Salvador que se delinea a partir da década de 1960 .....	34
1.2 - As repercussões espaciais do modelo corporativo de cidade.....	40
<b>CAPÍTULO 2 – O BAIRRO E SUAS NUANCES .....</b>	<b>58</b>
2.1 - Muito além de uma perspectiva escalar .....	58
2.2 - Transformações e permanências da ideia de bairro.....	62
<b>CAPÍTULO 3 – O PLANEJAMENTO .....</b>	<b>67</b>
3.1 - Limites e potencialidades .....	68
3.2 - Como o bairro aparece no planejamento .....	76
<b>CAPÍTULO 4 – A REALIDADE DA CIDADE EM UM PEQUENO RETRATO ....</b>	<b>85</b>
4.1 - Valéria: o outro lado da metrópole.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS .....	109

## APRESENTAÇÃO

As transformações ocorridas na organização do espaço urbano da cidade do Salvador, motivado pelo ideal de desenvolvimento econômico a partir da década de 1960, será o plano de fundo desse estudo. Tais transformações subsidiarão a análise das repercussões desse processo, que inaugurara uma nova dinâmica urbana na cidade, tendo como objeto de análise o bairro. Este, entendido no seu sentido mais amplo – enquanto referencial espacial e/ou escala de planejamento, e seu sentido sociológico – espaço de cotidianidades. Para tanto foi realizado um estudo de caso sobre o bairro Valéria, área que surgiu em meio a expansão urbana de Salvador na direção do Miolo e subúrbio ferroviário.

O trabalho é composto por quatro capítulos, além desta apresentação e da conclusão.

Na introdução serão apresentados os temas abordados e sua relevância para os estudos geográficos, caracterizando o recorte espacial e temporal definidos. Também serão apresentados os objetivos e procedimentos metodológicos adotados, bem como a reflexão teórica necessária para o desenvolvimento e compreensão do fenômeno estudado.

O primeiro capítulo traz a discussão sobre as transformações ocorridas no espaço urbano da cidade do Salvador, delineadas na década de 1960, a partir de sua inserção num novo modelo de desenvolvimento econômico. Neste capítulo é desenvolvida uma análise da organização econômica e urbana da cidade e o papel das iniciativas - programas e investimentos - do Estado para modernização da cidade, bem como as repercussões espaciais desse processo.

O segundo capítulo apresenta o bairro, em suas diferentes abordagens, bem como as transformações em suas concepções e conceitos. Também é discutida a relação deste com a cidade e o cotidiano do cidadão.

O terceiro capítulo aborda as perspectivas de planejamento que se estabelecem no contexto da cidade, analisando seus limites e potencialidades. É neste capítulo, também, que faremos uma análise dos recortes territoriais utilizados no planejamento da cidade do Salvador, no âmbito dos instrumentos normativos. Nesse sentido, será dado um destaque para o recorte espacial de bairro, avaliando de que forma (direta ou indireta) tal recorte está presente no planejamento da cidade.



O quarto capítulo apresenta um estudo de caso sobre o bairro Valéria, com o objetivo de investigar as contradições e fragmentações estabelecidas no espaço urbano de Salvador, o que acreditamos ser inerente ao processo de urbanização corporativa, ao qual está submetida a cidade.

Finaliza-se o estudo apresentando as principais conclusões atingidas, bem como uma reflexão do cenário urbano estabelecido na cidade do Salvador.

Cabe ainda ressaltar, que as reflexões apresentadas nesse trabalho refletem os estudos realizados no âmbito do grupo Produção do Espaço Urbano (PEU), que desenvolve pesquisas sobre a temática urbana à luz das teorias do professor Milton Santos.

## **SIGLAS**

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIA – Centro Industrial de Aratu

CIAGS - Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EPUCS – Escritório do Plano Urbanístico de Salvador

FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço EPUCS – Escritório do Plano Urbanístico de Salvador

FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU-HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PMS – Prefeitura Municipal de Salvador

RA – Região Administrativa

RLAM – Refinaria Landolfo Alves do Recôncavo

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos

SEDHAM – Secretaria de Desenvolvimento Urbano Habitação e Meio Ambiente

SEDHAM – Secretaria Municipal de Urbanismo e Transporte

SFH - O Sistema Financeiro Habitacional

SIGA – Sistema Integrado de Gestão Administrativa

SSP – Secretaria de Segurança Pública  
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
URBIS – Habitação e Urbanização da Bahia

## **FIGURAS**

Figura 1. Localização do Bairro Valéria.	26
Figura 2. Evolução da Área Ocupada de Salvador – Década de 1940.	34
Figura 3. Eixos de Expansão Urbana da Cidade de Salvador.	41
Figura 4. Renda Média Per Capita da Cidade do Salvador– 2010.	47
Figura 5. Distribuição da População da Cidade do Salvador – 2010.	48
Figura 6. Distribuição das Instituições de Ensino Superior na Cidade do Salvador.	49
Figura 7. Distribuição do Serviço financeiro na Cidade do Salvador.	51
Figura 8. Distribuição dos Equipamentos de Cultura na Cidade do Salvador.	52
Figura 9. Distribuição dos Equipamentos de Lazer na Cidade do Salvador.	53
Figura 10. Distribuição dos Equipamentos de Transporte de Cidade do Salvador.	54
Figura 11 - Distribuição dos Bairros de Salvador em 1960.	77
Figura 12 – Mapa dos Bairros de Salvador em 2010.	83

## **TABELAS**

Tabela 1. Expansão Urbana de Salvador.	44
Tabela 2. Distribuição das Instituições de Ensino Superior por Eixo de Expansão – Salvador/Ba.	50
Tabela 3. Distribuição dos Equipamentos de Serviços Financeiros por Eixo de Expansão – Salvador/Ba.	50
Tabela 4. Distribuição dos Equipamentos de Cultura por Eixo de Expansão – Salvador/Ba.	52
Tabela 5. Distribuição dos Equipamentos de Lazer por Eixo de Expansão	52

– Salvador/Ba.

Tabela 6. Empregos Formais e Escolaridade.	86
Tabela 7. Estabelecimentos Formais por Setor de Atividade.	86
Tabela 8. Condições de Saneamento no Bairro Valéria.	88
Tabela 9. Infraestrutura dos Logradouros do Bairro Valéria.	89
Tabela 10. Local de Realização das Principais Atividades da População.	98
Tabela 11. Local de Realização das Atividades de Lazer da População.	99
Tabela 12. Imagem Positiva do Bairro na Ótica do Morador.	101
Tabela 13. Imagem Negativa do Bairro na Ótica do Morador.	102

## **FOTOS**

Foto 1. Edificações Comerciais do Bairro Valéria.	87
Foto 2. Tipologia do Comércio do Bairro Valéria.	87
Foto 3. Esgoto a Céu Aberto.	89
Foto 4. Uso de Cntêiner para Disposição do Lixo.	90
Foto 5. Ocupação Informal às Margens da Lagoa da Paixão.	91
Foto 6. Rua sem Pavimentação.	92
Foto 7. Asfalto Danificado.	92
Foto 8. Calçadas Danificadas.	93
Foto 9. Unidade de Pronto Atendimento.	94
Foto 10. Posto de Saúde Frei Benjamim.	94
Foto 11. Policlínica Valéria.	95
Foto 12. Largo do Bairro.	100
Foto 13. Praça do Bairro.	100

## **Resumo**

O bairro apresenta uma intrínseca relação com o desenvolvimento das cidades. Desde os primeiros aglomerados citadinos até o que se conhece da organização das cidades hoje, o bairro tem experimentado diversas conotações. Tais concepções denotam desde um espaço em que as relações cotidianas se desenvolviam em sua plenitude, a partir da estrutura patriarcal das cidades coloniais, cercadas por muros e apresentando coesas relações de vizinhança; até a sua promulgada morte na cidade do capitalismo moderno. Estas são as nuances das discussões que permeiam o bairro e denotam a complexidade dos processos que envolvem o tema que está longe de esgotar sua abordagem. O presente trabalho se ocupará da análise dessa escala a partir de sua relação com a organização da cidade, nos seus aspectos econômicos e sociais, tendo como interface a cidade do Salvador, dando ênfase às transformações ocorridas a partir da década de 1960, período que marca a inserção de Salvador num novo modelo econômico, formalizado pela consolidação da modernização industrial. No bojo deste processo também se deu a modernização do tecido urbano da cidade. A materialização desta nova cidade pôde ser verificada na realização de obras de infraestrutura urbana, principalmente no que tange a reestruturação da circulação (construção de vias estruturantes); na mudança nos padrões de ocupação da cidade, em direção às áreas de vazios urbanos localizados nas áreas periféricas da cidade; e na apropriação privada do solo urbano pelo mercado imobiliário como resultado da flexibilização da legislação urbanística. O quadro que se estabelece na cidade de Salvador é de modernização por um lado, e fragmentação por outro. Enquanto áreas da cidade são integradas ao processo, outras estão à margem, compondo um contingente de excluídos dos serviços urbanos fundamentais. Como demonstrativo desse quadro está o bairro Valéria, gestado em meio a expansão da Salvador moderna da década de 1960, na condição de periferia geográfica e social, carregando as desigualdades inerentes a uma metrópole tipicamente subdesenvolvida como é Salvador.

**Palavras-chave:** Espaço, Cidade Corporativa e Bairro.

## **Abstract**

The neighborhood presents an intrinsic relationship with the development of cities. Since the first urban clusters until what is known from the organization of cities today, the neighborhood has experienced several connotations. Such conceptions denote since a space where the daily relations were developed in its entirety, from the patriarchal structure of the colonial cities, surrounded by walls and presenting cohesive neighborhood relations, until its enacted death in city of modern capitalism. These are the nuances of the discussions which permeate the neighborhood and denote the complexity of the processes that involve this subject which is far from exhausting its approach. This paper will deal with the analysis of this scale from its relationship with the organization of the city, in its economical and social aspects, having as interface the city of Salvador, emphasizing the changes occurred since the 1960s, period that marks the insertion of Salvador in new conomical model, formalized by the consolidation of industrial modernization. At the core of this process, also happened the modernization of the urban space. The materialization of this new city could be verified in realization of urban infrastructure work, especially

regarding the restructuring of movement (construction of structural roads); the changing of occupation patterns of the city, towards the urban areas of voids located in peripheral areas of the city; and the private ownership of urban land by the housing market as the result of the easing of planning law. The frame that establishes at the city of Salvador is the modernization by one side, and fragmentation by the other. While city areas are integrated into the process, others are on the sidelines, composing a contingent of excludeds to basic urban services. As a demonstration of this framework is the neighborhood of Valéria, gestated in the middle of the expansion of modern Salvador in the 1960s, at the condition of geographic and social periphery, carrying the inequalities inherent to a metropolis typically underdeveloped as Salvador is.

**Key-words:** Space; Corporative City; Neighborhood.

## INTRODUÇÃO

Segundo relatório recente da ONU-HABITAT (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos), cerca de 80% da população latino-americana vive nas cidades. Este grupo representa a região mais urbanizada do mundo, superando os países mais desenvolvidos.

Mas, a sobrevivência na cidade tem um custo e, no caso dos países pobres esse custo se apresenta na forma de desigualdades socioespaciais profundas. O mesmo relatório reitera que

a proporção da população pobre dessa região é de 180 milhões – o equivalente a um terço da população latino-americana, vive em condições de pobreza – dos quais 71 milhões são indigentes e ainda que, em números absolutos, deste montante de 180 milhões de pobres, aproximadamente 124 milhões vivem nas cidades, e que metade dos pobres que vivem em áreas urbanas estão no Brasil (37 milhões) e no México (25 milhões) (ONU-HABITAT, 2012).

Esse dado caracteriza, de forma primária, a peculiaridade da urbanização dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, como alguns teóricos denominam. Na urbanização dos países subdesenvolvidos há uma transferência direta da população do setor primário para o terciário, acarretando não só um “inchaço” do espaço urbano da cidade, como acentua as desigualdades sociais advindas da ausência de planejamento e estrutura necessária para abrigar esse contingente populacional.

Tal fenômeno é descrito por Santos (2004) como “macrocefalia urbana”, que corresponde

[...] a massiva concentração das atividades econômicas em algumas metrópoles que propicia o desencadeamento de processos descompassados: redirecionamento e convergência de fluxos migratórios, déficit no número de empregos, ocupação desordenada de determinadas regiões da cidade e estigmatização de estratos sociais, que comprometem substancialmente a segurança pública urbana (SANTOS, 2004, p. 306).

Então, ao contrário dos países desenvolvidos em que houve uma transferência gradual da população entre os setores da economia – primário, secundário e terciário, nos países subdesenvolvidos houve um incremento populacional muito rápido e em grande volume, saídos de um campo com poucas ofertas de emprego para um espaço que se moderniza e inspira grandes oportunidades. Acontece que a modernização das cidades subdesenvolvidas também apresenta entraves, no que diz respeito à absorção maciça da mão de obra vinda do campo. Essa modernização tinha como base a implantação da atividade industrial e inaugura um novo período histórico na economia e organização espacial da cidade, salientado por Santos (1977) ao afirmar que:

Nos países subdesenvolvidos, as repercussões deste novo período histórico são muitas e profundas. Pela primeira vez na história desses países, variáveis elaboradas no exterior tem uma difusão geral sobre toda ou sobre a maior parte do território e afetam todos os habitantes, embora em diferentes níveis. A difusão da informação e de novas formas de consumo constituem dois dos maiores elementos da explicação geográfica. Por intermédio de suas repercussões, elas geram, ao mesmo tempo, ambas as forças: a de concentração e a de dispersão, cuja interação define os modos de organização espacial (SANTOS, 1977, p.36).

O consumo se diversifica e isso é possibilitado pela inserção de um conteúdo técnico à produção industrial e pela ampliação das multinacionais, movimento motivado pelos ganhos locacionais de produção, via redução de custos com a produção de modo geral. Com isso cabe às cidades dotar seu espaço com a infraestrutura necessária à reprodução dessa nova condição de produção, além de proporcionar um ambiente atrativo ao desenvolvimento dessas atividades.

A presença da indústria e a concomitante crise do espaço agrário, que já não dá o suporte necessário para a manutenção de sua população, acabam por impulsionar a saída da população em direção às áreas mais dinâmicas, muitas vezes coincidindo, em sua maioria, com as regiões de instalação das novas indústrias. Na prática, as oportunidades preconizadas se mostram ilusórias e a população não é absorvida por completo pela atividade industrial e acaba por fazer parte da parcela de ocupados em atividades ocasionais ou em subempregos. Isso



também é atribuído à característica da modernização que, “[...] nos países do Terceiro Mundo, geram somente um número limitado de empregos, visto que as indústrias que estão sendo instaladas são de ‘capital intensivo’” (ECKKAUS, 1955 *apud*. SANTOS, 1977, p. 37). Já nessa época o autor chama à atenção para a observação dos atributos específicos da modernização das cidades dos países subdesenvolvidos, que, vale ressaltar, foi um processo muito atrelado ao desenvolvimento da urbanização.

Com isso o tecido urbanomostro-se cada vez mais desigual, com o conseqüente fortalecimento de uma parcela de beneficiados com o acesso aos bens e serviços produzidos na cidade, e outra parcela de excluídos que se amontoam nas periferias, alargando o setor informal.

No Brasil, o processo de urbanização conserva as características anteriormente descritas. Contudo, cabe salientar, segundo Santos (2009, p. 22), que a partir do século XVIII, a urbanização já se desenvolve no Brasil, mas foi necessário “mais dois séculos para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje”.

Como parte dos objetivos propostos nesta pesquisa, o estudo se ocupará de analisar os principais processos que envolveram a consolidação da urbanização de Salvador a partir da década de 1960. Essa consolidação se liga a um processo generalizado entre as grandes cidades brasileiras.

É nesse período que são verificadas mudanças drásticas na organização econômica e social das cidades brasileiras, quando pode ser observado, que ao longo de quatro décadas (1940 a 1980), a taxa de urbanização das grandes cidades passa de 31% de urbanosem 1846 para 68,86% em 1980 segundo Santos (2009, p. 32), e ainda “que o contingente demográfico conheceu um aumento espetacular: cerca de cinquenta milhões de novos habitantes”.

Os motivos atribuídos a esse aumento populacional das cidades e o forte incremento da urbanização, dizem respeito a uma conjunção de fatores: natalidade elevada e mortalidade em declínio, melhoria das condições sanitárias e de acesso à saúde e melhoria de vida como consequência da própria urbanização (SANTOS, 2009).

A população continua crescendo até a década de 1980, quando apresenta uma sensível mudança nos processos que alimentaram o crescimento. Houve redução da taxa de fecundidade e migração rural-urbana.

Com a urbanização ampliada, tanto em termos demográficos quanto em conteúdo técnico, pode-se observar no Brasil a abertura do território para uma nova lógica capitalista. “Num espaço de tempo relativamente curto, o Brasil acelera sua mecanização do território e enfrenta uma nova tarefa, isto é, a constituição, sobre áreas cada vez mais vastas, desse meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2009, p.38).

Esse período é marcado pelo forte incremento técnico, verificado na complexificação da produção industrial, na disseminação facilitada das comunicações e a possível integração do território por meio das melhorias do sistema de transporte. Nesse momento, o Brasil alcança não só o conhecimento de todo seu território, como potencializa suas vocações por meio da integração ao meio técnico.

As consequências dessa nova organização estão associadas na modernização e dinâmica da produção industrial e no campo – dinamizado pelas exportações e formação de um mercado consumidor – tanto pela expansão da classe média quanto pelo incremento do consumo dos pobres.

Santos (2009) afirma a importância da generalização do meio técnico-científico e a nova conformação que este dá ao território:

Desse modo, as remodelações que se impõem, tanto no meio rural quanto no meio urbano, não se fazem de modo indiferente quanto àqueles três dados: ciência, tecnologia e informação (Milton Santos 1980 e 1988). Em consequência, aparecem mudanças importantes, de um lado, na composição técnica do território pelos aportes maciços de investimento em infra-estruturas, e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica. Isso se dá de forma paralela a cientificação do trabalho, que se torna cada vez mais trabalho científico e cuja presença se dá em paralelo a uma informatização crescente do território(SANTOS, 2009, p.30-40).

A nova ordem estabelecida traz também como consequência a especialização do território, caracterizada por uma nova divisão territorial do trabalho – prática do capitalismo avançado, que tem por objetivo a expansão do lucro a partir da redução dos custos de produção. Esse processo permitiu a entrada do capital externo no país e cada região é impulsionada a explorar sua “vocação”. Com isso, criam-se as complementaridades regionais, mas também a concentração da produção, já que, apesar da expansão do meio técnico-científico ser ampliada, esta não foi absorvida de forma homogênea no território brasileiro. Como resultado disso verifica-se uma área concentrada (SANTOS, 2009) – na qual o meio técnico-científico se manifesta de modo efetivo, e outra que apresenta uma modernização seletiva, onde o meio técnico-científico aparece como pontos descontínuos, mas ligados à uma ordem maior. Santos(2009) chama à atenção para a relação intrínseca entre o capitalismo moderno e a criação e disseminação do meio técnico-científico:

O meio técnico-científico é o terreno de eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo. São duas faces de uma mesma moeda. Por isso, esse meio técnico-científico geografiza-se de forma diferencial, isto é, de forma contínua em algumas áreas, e de modo disperso no resto do país (SANTOS, 2009, p.43).

Quanto maior o conteúdo técnico maior é a necessidade de capital. E esse capital veio tanto de uma acumulação prévia – produção agrícola (considerando a região concentrada) quanto do capital internacional, que nesse momento propulsiona a produção industrial especializada em várias áreas do planeta.

Para que o desenvolvimento das forças produtivas ganhem as proporções adequadas ao sistema capitalista, a modernização do território é imprescindível. Daí a importância da ação do Estado, servindo de elo entre o capital externo e o território nacional, ao dotar o espaço com a infraestrutura adequada à sua fluidez, conforme ressalta Santos(2009).

A decisão geopolítica de estimular a industrialização em diversas regiões e de ocupar o território com projetos de colonização teve influência relevante nesse processo, mas o próprio mercado jogou

papel fundamental, viabilizado pelas novas infra-estruturas de transporte e de comunicações, assim como pela superestrutura dos mecanismos reguladores, sob o comando do Estado e dos agentes hegemônicos da economia, através, sobretudo, dos intermediários financeiros (SANTOS, 2009, p.47).

O papel do Estado é de fundamental importância, já que a economia a qual estamos falando baseia-se numa expansão desigual do meio técnico-científico, mesmo assim se fazendo presente em todo território nacional e compondo uma rede produtiva, que em um momento tal, precisará ser integrada. O Estado então é o responsável em promover essa integração ou reintegração das etapas do processo produtivo que se realizaram de forma dispersa.

Um novo patamar do processo de urbanização do Brasil vai ocorrer a partir da década de 1970. Fase marcada pelo surgimento da metropolização, caracterizada pelo aumento do número das cidades com mais de 100 mil habitantes e as que alcançaram o patamar de cidades milionárias. Caracterizadas, principalmente, pela sua capacidade de polarização do território nas escalas nacional, regional e local e por constituírem centros de poder econômico, social e político. Uma metrópole, segundo Langenbuch(1971, p.1 *apud* SANTOS, 2009, p.84) “constitui um tipo especial de cidade, que se distingue das menores não apenas por sua dimensão, mas por uma série de fatos, quer de natureza quantitativa, quer de natureza qualitativa”. Assim, no Brasil, as cidades que possuíam tais características e foram consideradas metropolitanas foram apenas nove: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Definidas pela Lei Complementar nº14 de 08 de junho de 1973, mesmo sendo, reconhecidamente, regiões de controle, concebidas por um governo centralizador (militar), também aludiram a ideia de regiões de planejamento, com indicações para uma perspectiva de unificação do território, no sentido de que poderiam, com sua capacidade de polarização, diminuir as desigualdades econômicas e sociais dos municípios que integravam essas áreas, como pode ser verificado nas competências do conselho deliberativo, em seu artigo 3º.

Art. 3º - compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento integrado da região metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns; (BRASIL, 1973).

Contudo, esse aspecto não se confirmou e, ao contrário, a importância da cidade polarizadora continuou, mantendo-se a hierarquia econômica anteriormente estabelecida. Por mais que em algumas a atividade industrial tenha sido dispersada, muito mais pelos ganhos produtivos do que por uma questão de equilíbrio econômico, a concentração dos serviços coletivos e do poder de decisão permaneceu na metrópole.

O panorama anteriormente exposto serve para uma contextualização do padrão de urbanização – com sua complexidade de arranjos (econômicos, sociais e políticos) desenvolvido no Brasil, e principalmente como as diferentes regiões, mais precisamente as cidades, tiveram suas características econômicas definidas por tais arranjos.

A seletividade e concentração na implantação das atividades industriais, motivado por uma diversificação cada vez mais sofisticada da ação capitalista (nova divisão internacional do trabalho) dirigindo as ações do Estado, são os traços marcantes da ordem econômica que se estabelece no território.

O papel fundamental desempenhado pelo Estado em suas diversas instâncias – econômica, política e social, nas intervenções urbanas com vistas para um crescimento econômico da cidade, iniciada a partir da década de 1960, e as repercussões disto na organização do espaço urbano, também serão objeto de análise deste estudo. O espaço que figura esse processo é a cidade do Salvador, uma das metrópoles instituídas no país na década de 1970 e que se integra aos processos urbanos anteriormente descritos.

O processo de expansão e modernização de Salvador teve início na década de 1940, onde mesmo com uma atividade industrial ainda rarefeita e limitada, se comparada a outras regiões do país, a exemplo de São Paulo, já era possível notar um esforço de modernização, com a expansão das linhas de bondes, a primeira avenida de vale – Av. Centenário, o Fórum Ruy Barbosa e o Estádio da Fonte Nova (VASCONCELOS, 2011). Nessa época Salvador contava com uma população de pouco mais de 290 mil habitantes, maior parte dela habitando o centro consolidado da cidade, que abrigava as atividades de comércio e serviços existentes.

Já no final da década de 1950 Salvador passa a demonstrar um incremento populacional, principalmente devido ao fluxo migratório. É também nessa época, que a Petrobras inicia a implantação do seu complexo industrial.

A partir década de 1960 inaugura uma mudança no padrão de modernização do seu espaço urbano. Com isso, há o desenvolvimento do setor terciário, dinamizado pelo desenvolvimento industrial do seu entrono, proporcionado pelos investimentos no CIA e COPEC, e segundo Almeida (2011, p. 21) também devido “as transferências federais e os investimentos estatais e privados em outros seguimentos da economia baiana”.

Segundo Vasconcelos, (2011, p. 361), “a metropolização de Salvador se deu como resultado indireto dos investimentos da SUDENE, quando o estado recebeu 41% (CPE, 1980) dos investimentos do Nordeste, em conjunto com a implantação do Centro Industrial de Aratu, e do Polo Petroquímico de Camaçari”.

Assim como as outras metrópoles do país, Salvador repete o processo de modernização, com uma dose ampliada de especialização e capital externo. Representados nos investimentos no setor imobiliário, tanto na moradia (loteamentos e condomínios fechados) - com os edifícios verticais, quanto nos centros comerciais - Shopping Center Iguatemi edifícios ao longo da Avenida Tancredo Neves. Há ainda, a construção dos grandes eixos viários que interligarão todas as áreas da cidade: Av. Paralela e a BR-324. Define-se também um novo eixo de expansão da cidade – Orla Atlântica, que hoje aparece como principal área de atração de investimentos, principalmente no setor imobiliário. Esse evento marca a transferência das principais atividades econômicas da cidade para esta nova centralidade – região do Iguatemi e Tancredo Neves, assim como crescimento das atividades em direção ao litoral norte. No bojo dessas mudanças, pode-se verificar o acentuado crescimento das disparidades da cidade, como indício do modelo centralizado de especialização de áreas da cidade.

Apesar de toda modernização Salvador conserva seus contrastes. Vasconcelos (2011,p.364) sintetiza bem essa afirmação, ao descrever o estágio em que se encontra a cidade na virada do século XX:

Salvador termina o século com uma das cidades com maior contraste do Brasil: uma expansão imobiliária enorme, ao lado do

crescimento dos loteamentos irregulares e invasões. Centros comerciais modernos se implantam em varias áreas da cidade e o centro tradicional entra em declínio. A prioridade dada aos automóveis nas avenidas de vale começa a chegar a seu limite, com enormes engarrafamentos e o transporte público é um dos piores das metrópoles brasileiras(VASCONCELOS, 2011, p. 364).

Esse cenário confirma o quadro nacional acerca do processo de modernização/urbanização. Cidades que cada vez mais buscam se integrar à economia global, mas que não se mostram capazes de por fim a fragmentação socioespacial do seu espaço intra-urbano, e até mesmo regional, como é o caso das metrópoles.

Essa ideia delinea outro objetivo de investigação dessa pesquisa, norteado pela discussão desenvolvida por Milton Santos, que descreve esse processo que envolve o espaço da cidade contemporânea como *Urbanização corporativa* ou *Cidade Corporativa*. E que, segundo o autor, envolve a adoção de práticas que se difundiram entre as metrópoles enquanto modelo, no sentido de reprodução dessas práticas, não como a concepção pura de modelo, com os atributos rígidos que lhe cabe. Essa concepção também parte da análise dos eventos enquanto processo em que as metrópoles, principalmente as subdesenvolvidas, tentam se adequar a padrões de produção, com o objetivo de se inserir na economia mundial.

A adoção desse padrão, que acompanha o desenvolvimento da indústria e expansão do processo de globalização, provoca uma mudança profunda na organização do espaço da cidade,

Na cidade corporativa, o essencial do esforço de equipamento é primordialmente feito para os serviços das empresas hegemônicas; o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos (SANTOS, 1990, p.95).

O termo corporação nasce enquanto prática do capitalismo avançado, e segundo Corrêa (1991, p. 137) junto com a divisão internacional do trabalho, “resultam, de um lado, o conflito entre capital e trabalho e, de outro, da competição entre diferentes capitalistas”.A organização das corporações está, então, associada

à passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, que tem como principal expressão a divisão internacional do trabalho, que possibilita a descentralização da produção. Os antigos componentes locais indispensáveis para as indústrias, como por exemplo, a proximidade com o mercado consumidor, foram superadas. Isso porque, nessa nova organização, é possível produzir simultaneamente em vários lugares diferentes, elementos de um mesmo produto. Isso não só possibilitou a expansão da especialização produtiva, como também, dinamizou o comércio internacional – via inserção de empresas multinacionais e redução dos custos de produção. Principalmente porque as grandes corporações, mesmo à distância, controlam a produção e normalmente reduzem o custo de produção explorando mão de obra dos países subdesenvolvidos.

As repercussões desse processo na organização espacial vão na direção da criação de novas diferenças espaciais e na concentração do poder de gestão em poucos centros urbanos (CORRÊA, 1991). Além de uma nova forma de gerir o espaço da cidade, por parte do estado. A custo de um processo de modernização dependente e com o intuito de se inserir na economia mundial, o estado busca dotar a cidade para que ela seja cada vez mais atraente aos investimentos, além do que, uma das características das corporações refere-se ao “enorme poder de pressão econômica e política que possuem”, segundo Corrêa (1991, p.139). Desta forma, o estado desempenha um papel estratégico para a viabilização das atividades das corporações no espaço. Isso se dá por meio da implantação da infraestrutura adequada a sua realização, até a prática de subsídios e isenções fiscais. As cidades passam a exercer um papel ambíguo:

[...] de um lado, são os elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é, as grandes empresas e o Estado. Por isso, devem ser localmente equipadas para o exercício dessa vocação ‘nacional’ indispensável à realização do modelo nacional adotado. As respectivas tarefas são prioritárias e as aglomerações urbanas são preparadas para realizá-las a contento. As demais tarefas consideradas menos relevantes, agregam-se, por necessidade funcional, mas de forma subordinada, às tarefas hegemônicas (SANTOS, 2009, p. 120).



Como resultado dessa nova organização na gestão urbana da cidade, uma seletividade no direcionamento do esforço de ação do estado, já que a prioridade de emergente está diretamente relacionada aos espaços hegemônicos, o que Santos denomina como atividades *centrais*, para manutenção do projeto nacional. Enquanto que as atividades “não hegemônicas, são deixadas à espontaneidade” (SANTOS, 2009, p.120).

Inerente a este processo, a fragmentação se acentua no espaço urbano. A concentração das atividades em áreas específicas da cidade só corrobora com a situação de divisão, entre áreas bem assistidas com os serviços públicos e outras completamente desassistidas, agravando o quadro de desigualdade crescente das grandes cidades. Santos(2009, p.122)salienta a característica da expansão desse processo de urbanização, que se torna cada vez mais presente nas relações estabelecidas na cidade, enquanto norma, mas que traz em seu bojo contradições.“Desse modo, o processo de urbanização corporativa se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório, opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida e comportamentos”.

Nota-se com essa nova organização urbana, uma mudança nos padrões e importância dos recortes espaciais. Com o espaço cada vez mais fluido, devido às possibilidades de circulação proporcionada pelos meios de transporte, além dos avanços nos sistemas de comunicação e uso das informações, barreiras antes bem estabelecidas por limites de regionalizações - nacional, regional, local -passam a ser redefinidas.

Com a dispersão das atividades produtivas, e a crescente redução do poder de decisão do Estado, o comando pela unificação do território passa a ser das corporações. As aglomerações então se resumem a áreas de maior fluidez do capital.

Essa distorção dos papéis reguladores - antes o Estado agora o capital, contribui para a fragmentação do espaço urbano, assim como do cotidiano dos seus moradores. A divisão territorial do trabalho aprofunda-se e se estende ao cotidiano do cidadão. Os indivíduos estão cada vez mais sujeitos a diversas realidades - lugar

de morar, lugar do trabalho, lugar de consumir. A noção de cidade e de habitar<sup>1</sup> também se apresenta de forma fragmentada.

As bases construtivas da regionalização se modificam, dando espaço a uma nova lógica, amparada na reprodução ampliada das atividades produtivas diversificadas.

É sobre essa lógica organizacional do território, onde o que prevalece são as relações capitalistas, que surge o interesse de investigar a repercussão desse processo nos recortes espaciais da cidade. O recorte escolhido foi o bairro, este sendo historicamente construído, com forte expressão como referência espacial na cidade, além de representar o lócus do desdobramento das relações de solidariedade. A solidariedade entendida enquanto “realização compulsória de tarefas comuns” (SANTOS, 2008, p. 158), cotidianamente vivenciadas pelos moradores do bairro.

Em trabalhos anteriores, Souza (1989) e Jacobs (2000) apontam para o declínio do modelo clássico de bairro, aquele que tinha como principal característica a coesão.

Na atualidade, os bairros apresentam uma identidade muito mais volátil em suas dimensões objetiva e subjetiva. Para corresponder às demandas geradas numa cidade capitalista, marcada por uma intensa velocidade de fluxos e fragmentação, os lugares tendem a se adequar a essas novas dinâmicas.

A mobilidade dos indivíduos, dos bens e das informações cresce continuamente. Os comportamentos se diversificam com rapidez, aumentam espetacularmente sem cessar as dimensões e os conjuntos humanos e, sobretudo, das cidades. Por isso as sociedades se tornam cada vez mais difíceis de governar (BOURDIN, 2001, p.11).

A densidade técnica dos lugares ocorre de forma diferenciada na cidade corporativa. Criam-se áreas com grande adensamento técnico (bairros centrais) em detrimento de outras com condições técnicas precárias (bairros periféricos).

---

<sup>1</sup> Na obra *O Direito à Cidade* (2001), Henri Lefebvre argumenta que a noção de habitar – viver em um lugar e participar de uma vida pública em pé de igualdade com outros cidadãos, entrou em declínio a partir do final do séc. XIX com a modernização da cidade, quando, com a industrialização, esta se preparou para abrigar e reproduzir as relações capitalistas.

Este estudo se propõe, ainda, investigar as diferenças na distribuição dessa densidade técnica e também sua rarefação, na escala do bairro, a partir da análise do bairro de Valéria, na cidade do Salvador/Bahia.

A história<sup>2</sup> de formação de Valéria dá conta de que este se originou do desmembramento de três fazendas existentes na área que compreende o bairro, pertencentes às famílias tradicionais: Schindler, Temporal e Omaque, dando origem a loteamentos e invasões. Seu adensamento inicial foi resultado da instalação de trabalhadores da construção civil e motoristas, no final da década de 60. O desenvolvimento da cidade foi condicionante das deficiências existentes nesse bairro.

Valéria está localizado (figura 1) às margens da rodovia BR-324, entre a área do miolo e subúrbio ferroviário. Considerado um bairro periférico, apresenta deficiências desde as questões de infra-estrutura, serviços, equipamento, até os índices sociais.

Neste estudo busca-se entender a dinâmica urbana do bairro associada ao contexto socioespacial da cidade, a partir da análise dos indicadores sociais.

O estudo ocupa-se ainda da análise de como o bairro é tratado no planejamento, a partir da recente realização do projeto de delimitação dos bairros de Salvador.

---

<sup>2</sup> Os dados referentes ao histórico dos bairros foram retirados da publicação O Caminho das Águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes, 2010.

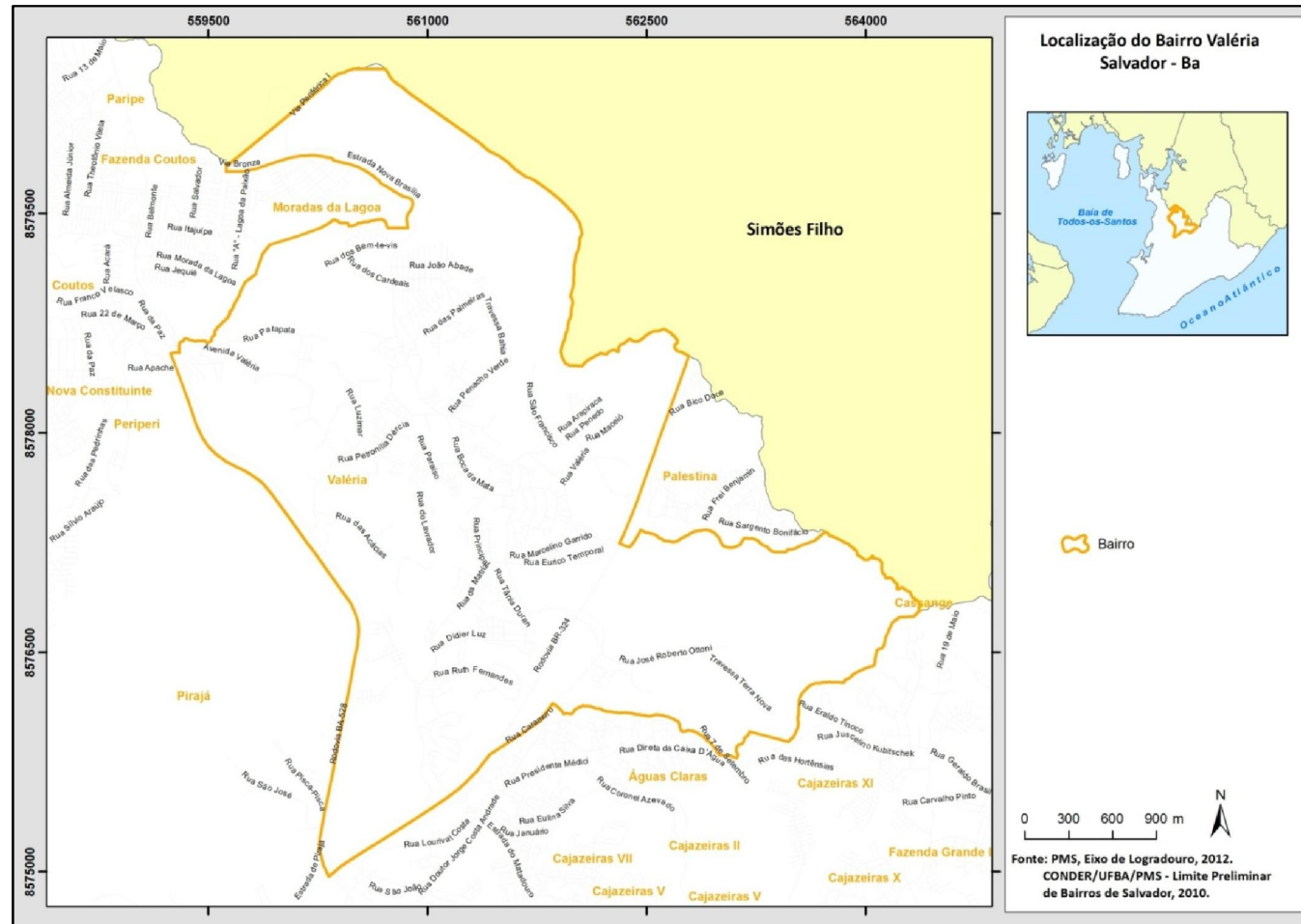


Figura 1. Localização do Bairro Valéria.

## **Objetivos**

### **Objetivo Geral**

Analisar de que forma a atual configuração espacial de cidade corporativa interfere na organização e dinâmica dos bairros em Salvador, com ênfase no bairro Valéria.

### **Objetivos específicos:**

- Caracterizar as mudanças ocorridas na configuração espacial de Salvador a partir da década de 1960.
- Identificar e mapear a segmentação e concentração dos serviços urbanos da cidade de Salvador.
- Identificar as diferentes concepções e conformação de bairro nas diferentes fases do desenvolvimento econômico da cidade, bem como sua condição atual.

## **Procedimentos Metodológicos**

Segundo Richardson (1999, p. 45), o método dialético corresponde “a investigação das contradições da realidade, pois são essas as forças propulsoras do desenvolvimento da natureza”.

Esta pesquisa parte da análise das contradições estabelecidas no espaço urbano, a partir da ação dos seus agentes produtores, à luz das formulações dialéticas. Qual seja a unidade dos opostos em suas contradições como fonte de desenvolvimento da realidade (Gil, 2008), representado na pesquisa pelo espaço geográfico, que reúne elementos indissociáveis e complementares, mas com diferentes intencionalidades; quantidade e qualidade, investigando de que forma as mudanças quantitativas (econômicas) ocorridas na cidade, conduziram a mudanças qualitativas (sociais).

A partir da abordagem qualitativa, utilizaram-se dados primários e secundários para a produção de mapas e tabelas. Tendo como principais fontes o IBGE, CONDER, PMS e SEDHAM. Também foi realizada pesquisa exploratória – bibliográfica e documental.

Os procedimentos metodológicos adotados para a operacionalização da pesquisa seguiram as seguintes etapas:

- Levantamento Bibliográfico e documental- com a leitura e análise do referencial teórico adotado, bem como o levantamento documental acerca do tema estudado.
- Como estratégia para obtenção dos dados secundários foi adotado o recorte espacial utilizado pelo IBGE para a divulgação dos dados de pesquisa. O recorte utilizado foi o setor censitário<sup>3</sup>, já que se pretendia utilizar as variáveis do censo demográfico. Foram levantadas informações referentes aos índices demográficos - população, cor/raça, analfabetismo, índice de pobreza e renda média do chefe, além de informações sobre as características dos domicílios<sup>4</sup> que compõem a área estudada, tais como: número total de domicílios, abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e coleta de lixo, e condições do entorno.
- A partir da aquisição dos dados secundários, foram elaborados tabelas e mapas das variáveis selecionadas do censo demográfico de 2010, como suporte a caracterização tanto da cidade do Salvador, quanto do bairro no qual se desenvolveu o estudo de caso.
- Ainda como suporte às análises foram elaborados mapas temáticos com a distribuição dos serviços de transporte, financeiro e de educação, distribuídos nas áreas de expansão<sup>5</sup> da cidade, assim como

---

<sup>3</sup> O setor censitário corresponde a “unidade territorial de coleta formada por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitem o levantamento das informações por um único recenseador, segundo cronograma estabelecido”. IBGE (2010).

<sup>4</sup> Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. (IBGE, 2010).

<sup>5</sup> Regionalização da cidade a partir dos eixos viários estruturantes: Avenida Afrânio Peixoto, BR-324, Av. Paralela e toda rodovia ao longo da Orla Litorânea. Estes vetores representariam a direção do crescimento da cidade, tendo como resultado a definição das áreas conhecidas como Centro, Miolo, Subúrbio Ferroviário e Expansão Litorânea.

no bairro estudado, com base nos dados da Prefeitura Municipal de Salvador.

- A etapa para aquisição dos dados primários realizou-se a partir de consulta à população residente no bairro, num total de 100 questionários, distribuídos numa amostra não probabilística por quota, obedecendo às faixas-etárias de 15 a 20 anos; 21 a 30 anos e acima de 30 anos, já que, segundo o IBGE (2010), Valéria possui 68,81% da população entre 15 e 64 anos de idade. Nesta consulta foram elencadas as informações referentes ao tempo de moradia no bairro, onde realiza as principais tarefas cotidianas (trabalho e lazer) e o que cada um percebe de bom e ruim no bairro. Não se pretendeu com esta amostra, a definição de indicadores do bairro, já que estes estão contemplados nos dados utilizados e que tiveram como fonte o IBGE (2010), por meio do censo demográfico. A intenção da consulta foi de elencar algumas peculiaridades no que diz respeito ao sentimento do morador do bairro e sua relação com este.

Sobre a base cartográfica utilizada para a produção dos mapas temáticos do bairro cabem algumas ressalvas. Os dados estão dispostos cartograficamente em setores censitários. Dessa forma, foram selecionados os setores que compreendem o bairro estudado, sendo os resultados uma estimativa aproximada da realidade, já que foi necessário fazer uma compatibilização entre o desenho do bairro e dos setores, para que fosse possível apresentar os resultados das variáveis por bairro. O recorte espacial de bairro adotado corresponde ao trabalho de delimitação dos bairros de Salvador, que resultou num projeto de Lei a ser votado na Câmara dos Vereadores, de responsabilidade da CONDER / PMS e UFBA.

O embasamento teórico necessário para a condução das referidas análises, inicia com a conceituação de espaço, que para Santos (2009, p.63) é formado “por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único onde a história se dá”.

A análise do espaço da cidade a partir desse ponto de vista nos convida a identificar os diferentes agentes produtores do espaço, assim como suas

intencionalidades. Principalmente por que “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificial, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidades” (SANTOS, 2009, p.63).

Dentro dessa análise, cabe ressaltar a ação diferenciada dos fluxos no espaço da cidade, considerando que as ações estão cada vez mais distantes do lugar, apenas seu reflexo é pontual. Esses fluxos são denominados por SANTOS, (2009) como verticalidades e horizontalidades.

As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia (SANTOS, 2009, p. 284).

Assim as verticalidades correspondem a uma ordem distante e as horizontalidades a uma ordem próxima. Desse campo de forças – horizontalidades/verticalidades, resulta a fragmentação do espaço, que “aparece como produto de uma atividade dividida, onde a fragmentação ocorre enquanto produto do conflito entre o processo de produção socializado e sua apropriação privada” (CARLOS, 1996, p.193).

As disparidades aparentes no espaço urbano são produto de uma lógica que se estabelece no processo de urbanização, num estágio já avançado, que Santos (1990) vai chamar de urbanização corporativa ou cidade corporativa.

O processo pelo qual se criam novas economias de aglomeração e novas acessibilidades, ambas mais condizentes com o progresso tecnológico, e postas à disposição de um número reduzido de empresas e pessoas (SANTOS, 1990, p. 94-95).

É dessa forma que se dão as diferenciações dos lugares, que no caso em estudo, será verificado na forma hierarquizada da distribuição da infraestrutura de serviços formando áreas mais e menos adensadas em Salvador.

Esse modelo de organização leva o surgimento de uma fragmentação do espaço da cidade, com uma distinção clara entre as áreas centrais – ligadas ao



circuito econômico e as áreas periféricas – que se encontram à margem desse processo. Há com isso, uma grande disputa por áreas da cidade que representam possibilidades de inserção nos circuitos econômicos, cresce a especulação do solo urbano e o direcionamento da população menos abastada para áreas periféricas. Santos (1999, p.103) ressalta que nesse processo a “cidade é teatro de um sistema de pressões em que as classes altas e médias buscam ocupar os lugares já consolidados ou em via de consolidação [...]”. A fragmentação também alcança o indivíduo, a medida que o espaço aparece “como um todo fragmentado”, como “fragmentos de realidade e não permite reconstituir o funcionamento unitário do espaço” Santos (2004, p.34).

Esse processo tem repercussão direta na dinâmica da população. Tais repercussões aqui serão analisadas a partir da perspectiva do lugar. A ideia de lugar é elaborada por Santos (2008, p. 158), como sendo “um subespaço, uma área continua do acontecer homólogo ou complementar, do acontecer paralelo ou hierárquico. Em todos esses casos trata-se de um acontecer solidário”.

O autor salienta, ainda, que a concepção do acontecer solidário não tem conotação ética ou emocional, mas “a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum” (p.158).

Em busca desse “acontecer solidário” é que a questão do bairro se insere. A partir da nova realidade espacial da cidade, esse acontecer solidário tende a apresentar-se de modo hierárquico, sendo definido apenas por sua proximidade espacial e organizacional, e não por uma contiguidade social, segundo Santos (2000).

Para Lefebvre (1975, p. 201), o “bairro é uma unidade sociológica relativa” e seu entendimento só é possível a partir da relação deste com cidade em sua totalidade.

O único procedimento científico para compreendê-lo (o bairro), para defini-lo, determinando seus limites e seu grau de realidade, é o que se baseia na cidade como totalidade e não como conjunto de elementos ou série de aspectos que engloba (e em consequência na sociedade como um todo superior às formas, às estruturas e às funções). Sejam quais forem as dificuldades de acesso à totalidade e de apreensão do global, este procedimento é o único aceitável; é o único que evita a inadmissível redução do conjunto aos elementos. (LEFEBVRE, 1975, p. 199).

Essa questão corrobora para a análise das transformações ocorridas nas concepções de bairro, e para a necessidade de uma análise contextualizada com a atual configuração da cidade. A ideia de bairro ancorada por alguns autores, de que este seria “a essência da realidade urbana”, perde sentido, já que, além de haver uma “dependência de vastas estruturas: municipalidades, poder político, instituições” (LEFEBVRE, 1975, p. 199), a estrutura funcional da cidade não permite a sobrevivência de espaços isolados.

Diante desse arranjo espacial, verifica-se a necessidade de planejar e gerir a cidade assumindo uma postura dialética que leve em consideração as dimensões objetivas e subjetivas do espaço urbano (SOUZA, 2008).

O estudo do processo de planejamento aparece como caminho possível para a compreensão do quadro atual, desde que comprometido com uma mudança social positiva: “[...] a finalidade do planejamento e da gestão urbanos é contribuir para a mudança social positiva, e que o planejamento é uma estratégia de desenvolvimento sócioespacial” (SOUZA, 2008, p. 73).

## **CAPITULO 1. A Cidade**

### 1.1 A Salvador que se delinea a partir da década de 1960.

A década de 1960 para a cidade de Salvador inaugura uma nova fase do seu desenvolvimento. Tanto nos aspectos econômicos quanto sócio-espaciais. A cidade engeja o encerramento de uma urbanização pós-colonial, onde a configuração do seu espaço urbano era caractrizada pela formação de um núcleo central – representado pelo centro antigo, e uma periferia imediata que se espraiava pelo Subúrbio Ferroviário, chegando às margensda Baía-de-Todos-os-Santos, ondeinterligada pelas atividades agro-mercantis, comunicava-se com o Recôncavo Baiano.

Para melhor compreensão das razões que favoreceram esse contexto, um retorno a alguns eventos que culminram na cituação encejada na Salvador do século XX.

O período de reforma urbana (1944) já indicava mudanças importantes no desenvolvimento urbano da cidade. No que diz respeito à mobilidade, houve a implantação do bonde elétrico e plano inclinado, possibilitando uma maior circulação entre cidade Alta e Baixa, bem como o alargamento de ruas e avenidas (Rua Chile e Av. Sete de Setembro). A ocupação urbana é marcada pelo surgimento de novos loteamentos residenciais – as Cidades Balneárias de Ondina e de Amaralina e o loteamento Cidade da Luz (Pituba)(VASCONCELOS, 2011).

As ações promulgadas nesse período envolvem a demolição de parte da cidade antiga para a implantação de uma nova, mais infraestruturalmente adequada, segundo as teses “do urbanismo sanitaristas”, conforme relata Sampaio (2011):

As ações se ancoram nas teses do urbanismo sanitarista e nos chamados “planos de melhoria”. Inexiste ainda uma visão global de cidade, e o espaço construído decorre de planos e projetos localizados, setoriais, reproduzindo nas áreas mais consolidadas e centrais um “urbanismo demolidor”; cujo eixo de preocupações se volta para as redes de infra-estrutura básica com um viés estético viário, com reformas urbanas modernizadas (SAMPAIO, 2011, p. 308).

É no final desse período que as mudanças vindouras são previstas. A prefeitura encomenda o primeiro plano para Salvador (EPUCS – Escritório do Plano Urbanístico de Salvador), fazendo com que a cidade passasse a ter uma legislação de zoneamento e um código de urbanismo. Tal planoprevia mudanças urbanas no sentido de tornar a cidade mais fluida, com elementosdo urbanismomoderno, já disseminado em outras capitais do país.

Figura 2. Evolução da Área Ocupada de Salvador – Década de 1940



Fonte: SEDHAM, 2009.

Segundo Sampaio (2011), esse plano teve como principal ação, dentre as diversas,

a ampla reformulação do espaço urbano, público e privado, adaptando a cidade aos novos e crescentes meios de transporte, aumentando a fluidez, a acessibilidade e ampliando as áreas para expansão urbana (cidade portuária) voltada para a Baía e o Recôncavo, os bondes e as articulações verticais (cidade Baixa e cidade Alta)(SAMPAIO, 2011, p.309).

Há, então uma associação entre o planejamento e o urbanismo científico (SAMPAIO, 2011), na tentativa de racionalizar o uso do espaço, explorando todo seu potencial econômico e, sobretudo, como tentativa de apagar as impressões das intervenções urbanas anteriores. Contudo, o plano não conseguiu diluir o caráter concentrador e centralizador da expansão da cidade. Já que as principais intervenções – infraestrutura de transportes, por exemplo, com as Av. de Vales, consagrava uma fluidez apenas das áreas já consolidadas – o centro antigo e arredores imediatos, conforme salienta Sampaio (2011) ao descrever a perspectiva “evolucionista” do plano, na pessoa de Mario Leal Ferreira, coordenador geral do plano:

Sua ideia de planejamento espacial baseava-se de um lado num *survey*(pesquisa domiciliar ampla), e de outro numa análise rigorosa do meio-físico, destacando-se a ideia de um modelo de cidade radial-concêntrica. Reforçando a centralidade herdada do século XIX (cidade-alta e cidade-baixa), ainda voltada prioritariamente para a Baía de Todos os Santos (SAMPAIO, 2011, p. 311).

Introduzindo uma nova forma de pensar a cidade, o EPUCS contribuiu para novas práticas de organização da cidade, “ formulando uma nova concepção de cidade, de urbanismo e também da arquitetura baiana” (SAMPAIO, 2011, p.317). Segundo Fernandes (2011, p.297), o plano, mesmo dando considerável importância às questões técnicas, apresentava “um humanismo e civismo mais próximo da sociedade analisada e mais interesse no bem-estar”, o que ficou registrado na abertura dos projetos à apreciação pública, por meio de maquetes. O plano se estendeu dos anos de 1940 até 1952, quando o escritório encerrou suas atividades.

A década 1950 representou uma fase de preparação para as grandes mudanças, com a integração das políticas urbanas de desenvolvimento da cidade ao projeto desenvolvimentista nacional (SILVA, 1996). O incentivo a integração espacial se fez necessário ao objetivo maior, que era a reintegração econômica nacional. Salvador apresenta suas principais mudanças a partir da implantação da Petrobras e a Refinaria Landolfo Alves do Recôncavo (RLAM).

A aceleração do crescimento urbano de Salvador ganha novos contornos a partir desse período. A atividade industrial não só foi responsável pela expansão de um processo de urbanização inteiramente novo, mas também pela formação do “terciário-moderno” (ALMEIDA,2006), já que a produção industrial instalara-se fora do seu limite municipal.

A produção industrial é basicamente de caráter exportador, centrada nas atividades do Centro Industrial de Aratu (CIA) e no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). E segundo Almeida (2006, p.22) representou “o grande salto qualitativo da indústria baiana”.

Os investimentos no setor industrial foram fomentados pelo Banco do Nordeste (BNB) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que se viram multiplicados entre os anos de 1960 e 1970 com o incremento de novas fontes, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), em 1974. Almeida (2006) relata a importância de tais investimentos:

Esses novos sistemas de incentivos fiscais, centralizados pelo BNB e pela SUDENE, teriam uma importância vital no desenvolvimento econômico de Salvador e região periférica, na medida em que estas viriam a ser as principais beneficiárias dos recursos mobilizados para investimentos no Nordeste (ALMEIDA, 2006, p. 21)

Tais investimentos na vocação industrial – concentrados na química e petroquímica, caracteriza uma indústria dependente de políticas regionais de desenvolvimento, com pouca diversificação em sua produção, além de uma fragilidade, já que, havendo uma redução dos incentivos fiscais, ocasionariam a retração desse setor produtivo.

Contudo, é nesse período que se verifica o fim de uma fase de estagnação econômica do estado – com a intensificação dos investimentos da Petrobras e do

CIA, e dá início a uma nova situação regional de Salvador, atribuindo-lhe a função de fornecedora de bens e serviços e mais importante praça de realização de negócios da Bahia, ampliando assim, seu papel de metrópole regional.

Na virada do século XX para o século XXI, Salvador experimenta uma condição bastante peculiar em seu desenvolvimento.

Acompanhando o movimento da maioria das cidades brasileiras, a metrópole Salvador vivencia um processo de diversificação, expansão e modernização do seu espaço urbano. A formação de um novo centro de negócios da cidade materializa espacialmente esse processo. O centro antigo da cidade passa a constituir uma área de estagnação e subutilização. Os prédios imponentes, com registro dos tempos de dinamismo de outrora, estão abandonados e mais tarde, servirão de abrigo para população de baixa renda.

A mudança de direção do novo centro dinâmico na cidade foimarcada por um forte incentivo do Estado e dos grandes agentes do capital. As condições que favoreceram essas mudanças deram-se, principalmente, pela realização de grandes obras estruturais, por quais passou a cidade, bem como a redefinição do seu local na hierarquia regional, já que aparecia como metrópole detentora dos principais serviços urbanos, e polarizadora das atividades econômicas desenvolvidas pelas indústrias instaladas em seus arredores.

Tudo se organizou de modo a permitir fluidez a esse novo centro e, a reboque, possibilitar a exploração de novas áreas da cidade. A criação do eixo urbano sul-norte – Avenida Paralela, o Centro Administrativo da Bahia (CAB), ampliação do Aeroporto, Estação Rodoviária, o shopping Iguatemi e inúmeros prédios empresarias, que passam a abrigar empresas de vários seguimentos, foram as intervenções implementadas pelo Estado, que acabaram por permitir a concretização do projeto. Assim como, também, teve grande importância a atividade do turismo e o crescente incremento da educação superior.

Segundo Almeida (2006, p.25) “completa-se, assim, com a conformação espacial da cidade, sua integração ao seu novo *hinterland* – a RMS, e sua abertura para novas relações nacionais e internacionais”.

Essa característica de expansão da cidade, voltada para um crescimento econômico, alicerçado numa atividade econômica do terciário-moderno especializado e concentrado, vem corroborar com a ideia preconizada

nacionalmente de projeto de crescimento, no qual os espaços precisam ser dotados com os elementos físicos e organizacionais para sua realização. Santos(2009) chama atenção para o fato:

Legitimada pela ideologia do crescimento, a prática da modernização a que vimos assistindo no Brasil, desde o chamado “milagre econômico”, conduziu o país a enormes mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, apoiadas no equipamento moderno de parte do território e na produção de uma psicoesfera tendente a aceitar essas mudanças como um sinal de modernidade (SANTOS, 2009, p. 117).

As formas capitalistas atuais são cada vez mais expressivas no espaço. A urbanização desse período associa-se a uma nova fase do capitalismo – capitalismo monopolista, onde a divisão internacional do trabalho se intensifica. Essa é a causa da descentralização da atividade produtiva, podendo ser desenvolvida em diversas partes do território. Com isso, criam-se, ao mesmo tempo, áreas de atração dessa atividade produtiva, que, por sua vez, necessita de uma infraestrutura para sua instalação e reprodução.

Dessa forma os espaços são especializados, e o Estado passa a ser então o principal responsável em estender esse processo. Contudo vê-se o enfraquecimento do seu poder de decisão e regulação do território, ficando este a cargo das empresas.

Inaugura-se, assim, a partir dessa nova fase capitalista, uma nova forma de gerir a cidade, o que segundo Harvey (2005) está ligado a uma transformação no âmbito da urbanização, promovendo na gerência dos centros urbanos a passagem da abordagem administrativa para a uma abordagem empreendedora, com vistas para um desenvolvimento econômico. O empreendedorismo urbano é entendido como

O padrão de conduta da governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmara de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONGs etc.) e interesses privados (empresariais e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou de outro (HARVEY, 2005, p. 230).



A gestão da cidade passa a contar com agentes externos a ela e, em alguns momentos, com o poder de decidir a direção de investimentos públicos, o projeto urbano a ser adotado e toda a lógica de distribuição da infraestrutura da cidade.

O estado elege as ações e o espaço da cidade torna-se cada vez mais atrativo aos fluxos capitalista. Numa passagem importante, Almeida (2006) resume bem as intencionalidades das ações do estado:

Quando se trata de serviços estratégicos, os que importam não são os serviços de urbanização, destinados ao consumo final e à demanda local. É necessário inserir nesse ponto: o que interessa, estrategicamente, para a metrópole soteropolitana são três tipos de serviço:

- *Business services*, isso é, serviço de consumo intermediário, que asseguram uma infra-estrutura capacitada a atrair e manter investimentos, entre os quais se destacam os serviços empresariais, intensivos em conhecimento;
- Turismo de lazer e de negócios, incluindo dois dos seus segmentos mais dinâmicos – o turismo cultural e de eventos;
- Serviços sociais de consumo coletivo, que podem ser crescentemente exportados para outras regiões da Bahia e, mesmo, para outros estados, notadamente na área de educação (ensino superior) e saúde (polo médico) (ALMEIDA, 2006, p. 49).

Não há quem se oponha à elevação de Salvador “a situação de centro nacional exportador de serviços superiores” (ALMEIDA, 2006, p. 49). Contudo, isso não deveria ocorrer à custas de inversão pública (SANTOS, 2009). O estado que deveria gerir o espaço da cidade na direção de uma equidade social, prioriza ações direcionadas a expansão capitalista, sendo estas limitadas a uma parcela restrita da população.

## 1.2. As repercussões espaciais do modelo corporativo de cidade

Segundo Silva (1996, p. 32) a questão urbana de Salvador assemelha-se às outras metrópoles brasileiras, visto que, estão sob a “ação das mesmas

macroestruturas e das interações que se processam com intensidade no sistema urbano nacional em uma perspectiva internacional”. A inserção da cidade de Salvador aos fluxos mundiais é marcada pela sua afirmação como referência econômica regional, materializado em seu processo de metropolização, que envolveu a expansão da sua área de influência para além do Recôncavo – formação da RMS, assim como seu espraiamento urbano, com a ocupação de áreas internas do município.

Esse crescimento periférico da cidade foi impulsionado, principalmente, pelas ações do Estado, com a implantação de um complexo industrial de base localizado em seus arredores, e a custas de incentivos fiscais, sendo necessários cada vez mais investimentos no sentido manter essa área atrativa a novas empresas do ramo.

Mudanças também foram implementadas no espaço interno da cidade. A Salvador do início da década de 1960 era caracterizada por uma ocupação concentrada num centro econômico voltado para as atividades agro-mercantis, e que tinha certa limitação de mobilidade, já que a infraestrutura de transportes resumia-se à circulação na área do centro consolidado. Era uma cidade que conhecia pouco seu interior (a área do miolo) e sua extremidade (o subúrbio ferroviário).

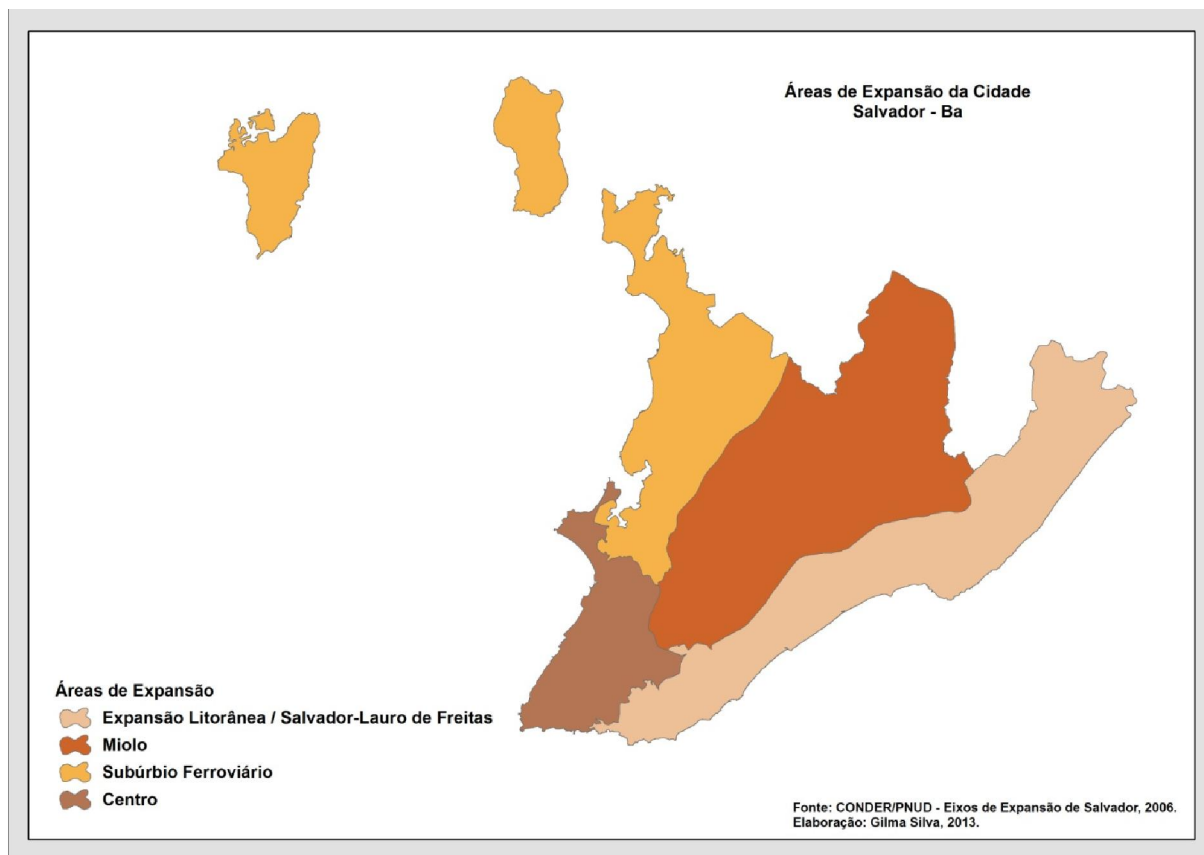
A década de 1960 traz mudanças drásticas no quadro urbano da cidade, que se prolongaria até os dias atuais. A expansão da área urbana de Salvador vai ocorrer a partir de duas ações por parte do Estado. A primeira diz respeito a implantação de obras estruturais na infraestrutura viária, com a implantação da BR-324, das Avenidas de Vale (Centenário), a Avenida Otávio Mangabeira e a Avenida Paralela. Isso favoreceu a implantação da lógica do automóvel, bem como uma prioridade no sistema rodoviário, com os investimentos no transporte público de massa.

Essa ação estatal estabeleceu um novo desenho de expansão da cidade, com a inserção de novas áreas de expansão -o Miolo e o Orla Atlântica, conforme figura 3.

A outra ação está relacionada à Lei Municipal nº. 2.181/1968, que dava atribuições à reforma urbana. Previa, dentre outras coisas, a possibilidade da aquisição particular de imensas áreas públicas (SILVA, 1996). Até a década de 1960

grande parte da terra era de propriedade do município e das ordens religiosas, e a menor parte pertencia ao setor privado (BRITO, 2005).

Figura 3 – Eixos de Expansão Urbana da Cidade de Salvador



Fonte: CONDER, 2006.

Na prática significou a mudança no regime de apropriação das terras urbanas da cidade, com o fim do regime de enfiteuse, que segundo Ribeiro; Debeffe (1979, apud Brito, 2005),

Baseia-se no regime jurídico brasileiro segundo o qual o poder público municipal, mas também a união e os estados (dadas condições históricas de aquisição da terra, por doação da Coroa Portuguesa), detém o domínio pleno e direito da propriedade de parcelas de terras no município, que é cedida em perpétuo a particulares mediante o pagamento anual do foro (RIBEIRO; DEBEFTE, 1979, apud BRITO, 2005, p. 55).

Esse regime significava um enclave à disseminação do mercado de terras em Salvador, pelo fato da posse da terra encontrar-se nas mãos de um número grande de proprietários, muitos desses desinteressados ou descapitalizados para investir no mercado imobiliário crescente (BRITO, 2005). Desta forma, a prefeitura promoveu a alienação das terras públicas e extinção do regime de enfiteuse, por meio da promulgação da Lei de Reforma Urbana (Lei nº 2.181/1968).

Com isso amplia-se a possibilidade de exploração da terra pelos agentes imobiliários, já que a partir dessa Lei há uma apropriação legal desta de forma irrestrita, porém sem legitimidade social.

Essa ação por parte da prefeitura foi importante principalmente pela conjunção de outros fatores que envolvia a exploração de novas áreas da cidade. Primeiro o Estado promoveu a abertura de grandes loteamentos em áreas distantes do centro consolidado, sendo os de maior interesse do capital imobiliário os localizados na área de expansão litorânea.

Depois da nova situação da cidade na região, traduzidas nos investimentos introduzidos no território pelas atividades da Petrobras, através do CIA polo petroquímico de Camaçari (COPEC), Salvador passa a ser uma área de atração de um novo contingente populacional. Tanto os expulsos dos municípios com economia estagnada, quanto os trabalhadores assalariados das indústrias. Estes últimos, sendo o principal alvo dos novos empreendimentos imobiliários, destacando-se por receberem os maiores salários registrados na cidade (BRITO, 2005).

Além disso, no âmbito federal, houve a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), responsável por uma política nacional de habitação, que previa a aquisição de moradias por meio de financiamentos públicos, através do uso do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE). Esta instituição prometia por fim aos problemas de moradia apresentados nas grandes cidades, após o processo de metropolização. Contudo, o que ficou salientado em suas ações estratégicas foi o grande incremento da ação do setor imobiliário por via de especulação imobiliária. Os investimentos do BNH previam além do investimento em moradias, ações de melhoramento da infraestrutura básica da cidade, tais como saneamento, energia elétrica, pavimentação e construção de estradas. Assim, o Estado tratava de beneficiar as

áreas da cidade com infraestrutura básica necessária para a implantação dos novos empreendimentos. O Sistema Financeiro Habitacional (SFH), criado para capitalizar os recursos do FGTS e SBPE, regulava os investimentos no setor de moradias para a classe baixa, assim como também financiava imóveis novos para classe média e alta. Tais ações levaram a cidade a uma situação de boom imobiliário, com a disseminação de empresas construtoras atuando no mercado imobiliário.

Assim, com a entrada do BNH e as ações descritas anteriormente encabeçadas pela prefeitura, no sentido de promover a expansão da área urbana da cidade em meio da aprovação de loteamentos em várias áreas da cidade e privatização das terras públicas, o mercado imobiliário afirma suas bases. Bases essas fundamentalmente capitalistas, baseada na correspondente valorização fundiária e expansão da atividade imobiliária (BRITO, 2005).

A repercussão da expansão física da cidade a partir da ação conjunta entre governo, implantando política seletiva, e o mercado imobiliário, com suas atividades de especulação, contribuiu de forma efetiva para a constituição de um tecido urbano fragmentado.

A evolução urbana de Salvador apresenta um crescimento acelerado da população. Permeado por todas as mudanças sociais e econômicas por que passou ao longo da formação de sua sociedade urbana, que inclui mudanças qualitativas não só no quadro econômico da cidade, mas também em melhoria das condições de vida da população, expressos nas melhorias de condições sanitárias, ampliação dos serviços médicos, dentre outros. Tais fatores propiciaram o crescimento natural da população, com a redução das taxas de mortalidade e aumento das taxas de fecundidade, e ainda associados ao um incremento da população por meio das migrações, sendo decisivos para as mudanças no padrão populacional de Salvador.

Se na década de 1940 a população de Salvador era de um pouco mais de 290 mil habitantes, nas duas décadas seguintes a população ultrapassa os 655 mil habitantes, conforme dados da tabela 1.

Esse crescimento acelera-se ainda mais a partir da década de 1970, por ocorrência do processo de metropolização da cidade, quando esta já ultrapassa a marca de 1 milhão de habitantes. Nesse momento, a área do centro tradicional já se encontra completamente adensada, e já se percebe uma ocupação periférica da cidade, representada por manchas, ainda descontínuas, como a área norte, mas

também já apresentando certa contiguidade, como o litoral atlântico. Também já se desenvolve um adensamento da área do miolo, principalmente nos bairros do Cabula, Tancredo Neves e Pau da Lima.

Tabela 1. Expansão urbana de Salvador

Ano	População	Malha Urbana (ha)
1940	290.443	3.000
1950	417.235	-
1960	655.735	-
1970	1.007.195	-
1980	1.506.860	16.000
1991	2.075.273	-
2000	2.443.107	31.000

Fonte: Sampaio, 1999.

Esse novo contingente populacional, que segundo Brito (2005) representa um incremento de cerca de 380 mil novos habitantes entre as décadas de 1960 e 1970, aumenta a demanda por habitação na cidade.

Inicia-se um processo de crescimento espacial exagerado, tendo como consequência a dificuldade do poder público de dotar essas novas áreas da cidade com a infraestrutura básica necessária.

Com isso, há uma tendência a dotação diferenciada desses serviços, assim como uma expansão física socialmente seletiva (BRITO, 2005). Esse mesmo autor ainda afirma que:

Verifica-se a emergência de um espaço urbano fragmentado e fortemente segregado socialmente, que se expressa em quatro grandes setores residenciais distintos e ao mesmo tempo complementares: a área residencial periférica do Centro da cidade, [...] a Orla Oceânica, [...], o Miolo, [...] e o Subúrbio Ferroviário [...] (BRITO, 2005, p.53).

O centro da cidade, área já consolidada desde o início do século XX, conserva sua valorização, na maior parte do seu território, e com a modernização da cidade passa por um processo intenso de verticalização. É o caso dos bairros da Vitória, Barra e Graça.

A Orla atlântica destaca-se como nova área de valorização imobiliária da cidade, estendendo-se desde a orla propriamente dita, até a Avenida Paralela, em

sua porção direita. Nessa área estabelecem-se as residências de classes de média e alta renda, caracterizada tanto pelo padrão horizontal quanto vertical, produzidas pelo setor formal de habitação.

A área do Miolo (área central da cidade) foi a que apresentou o maior adensamento populacional. A habitação foi efetuada pelo Estado, ao promover projetos de conjuntos habitacionais direcionados ao público de baixa renda (através da Habitação e Urbanização da Bahia- URBIS), além disso, esta área teve um forte crescimento das ocupações informais. Tanto por parte da população que não conseguiu se manter nas áreas valorizadas da cidade, quanto pelos migrantes subassalariados das novas indústrias.

Silva (1996, p. 36) relata a importância dessa área no momento da expansão da cidade: “Quando a expansão urbana começa a se acelerar, essa área central se destaca pela sua localização estratégica, de caráter nuclear em relação à mancha urbana e pelo fato de ser o único grande setor da cidade com enormes áreas disponíveis para novos assentamentos”. Destaca, ainda, que em 1970 a área do Miolo já era responsável por 7,5% da população da cidade, chegando a ter 1 milhão de habitantes em 1991, o que equivalia a 50% da população da cidade.

O Subúrbio Ferroviário tem a sua ocupação consolidada ainda no período de expansão industrial de Salvador. Nessa área predomina a população de baixa renda e segundo Brito (2005, p.53) a maioria da população “soluciona a necessidade de habitar pela via informal de acesso a uma porção de terreno nas piores localizações e com infra-estrutura precária e/ou mesmo sem qualquer tipo de infra-estrutura”.

A definição desse padrão de distribuição da população entre áreas de expansão da cidade, expressa o viés economicista da gestão pública, agravando o quadro de desarticulação da cidade, já que esta não consegue alcançar a totalidade de equipamentos públicos necessários a uma integração do seu território. Isso, claro, devido à primazia do mercado imobiliário especulativo, em detrimento de melhoria das condições de vida da população. Pode-se notar, ainda nesse período, que nos interstícios que compunha a cidade “valorizada” e a “relegada” havia uma grande reserva de terrenos sendo valorizados.

À medida que as intervenções urbanas, por meio de obras estruturantes, vão se intensificando, os terrenos vão sendo valorizados e há cada vez menos possibilidades de uma população de baixa renda, se estabelecer nela de maneira

formal. Sendo assim, o que resta para esta é ocupar as “franjas” da cidade, em áreas carentes de infraestrutura e serviços, cativa do transporte público deficitário para a realização de suas atividades.

Essa é a condição de uma cidade fragmentada, impondo sua lógica de reprodução, ampliando uma situação de apropriação desigual forjada nas condições de renda, conforme salienta Santos (2009, p.62), ao afirmar que: “Os bairros cuja população dispõe de uma renda alta são mais contemplados com os serviços públicos do que aqueles onde a renda é mais baixa”.

Assim configuram-se as relações centro-periferia, com a primazia das áreas centrais, detentoras dos bens e serviços da cidade e mais próxima das ações de comando da mesma, e a periferia dependente. Santos (2009) acrescenta ainda que

Não se trata aí de uma relação de causa e efeito, como pode ter sido invocado ou tende a parecer à primeira vista. A explicação deve ser encontrada na decisão política de satisfazer a certas camadas de população em detrimento de outras, mesmo quando estão em jogo serviços essenciais (SANTOS, 2009, p. 63).

Essa decisão de que fala o autor, provém do próprio processo dedesenvolvimento da metrópole, que cada vez mais se associa a fluxos ligados à economia global, que repercute no espaço na forma de hierarquização dos lugares, sendo estes lócus da reprodução do capital. E para que esse capital se reproduza é preciso uma organização espacial capaz de conferir fluidez às atividades capitalistas, de forma que somente os espaços dotados de tais atributos espaciais, participarão.

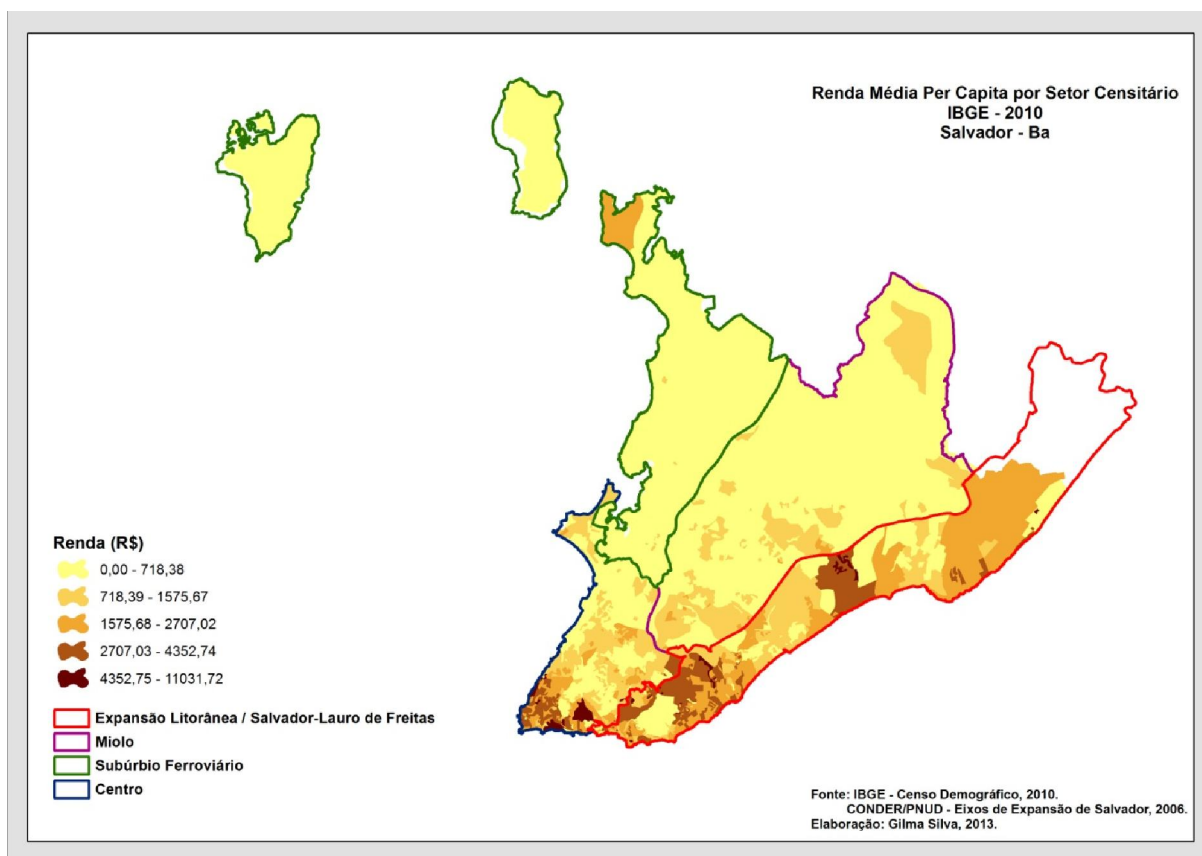
Ao estado caberiam ações no sentido de amenizar as disparidades. No entanto, as práticas corporativas presentes na gestão das cidades reafirmam e produzem essas disparidades, ao eleger as ações de maior importância para a conclusão do projeto econômico da cidade.

Desta forma, a cidade cresce ocupando áreas periféricas do seu território, chegando sua expansão a espaços ainda não explorados. Este é o cenário que se estabelece nos dias atuais. A população de Salvador, segundo o censo demográfico de 2010, ultrapassa as 2.800.000 de pessoas, mas suas desigualdades sócio-espaciais permanecem.



Ao analisarmos a distribuição da renda (figura 4) associando aos eixos de expansão, percebemos que do início de sua metropolização e afirmação como economia regional, nada mudou.

Figura 4. Renda Média Per Capita da Cidade do Salvador - 2010



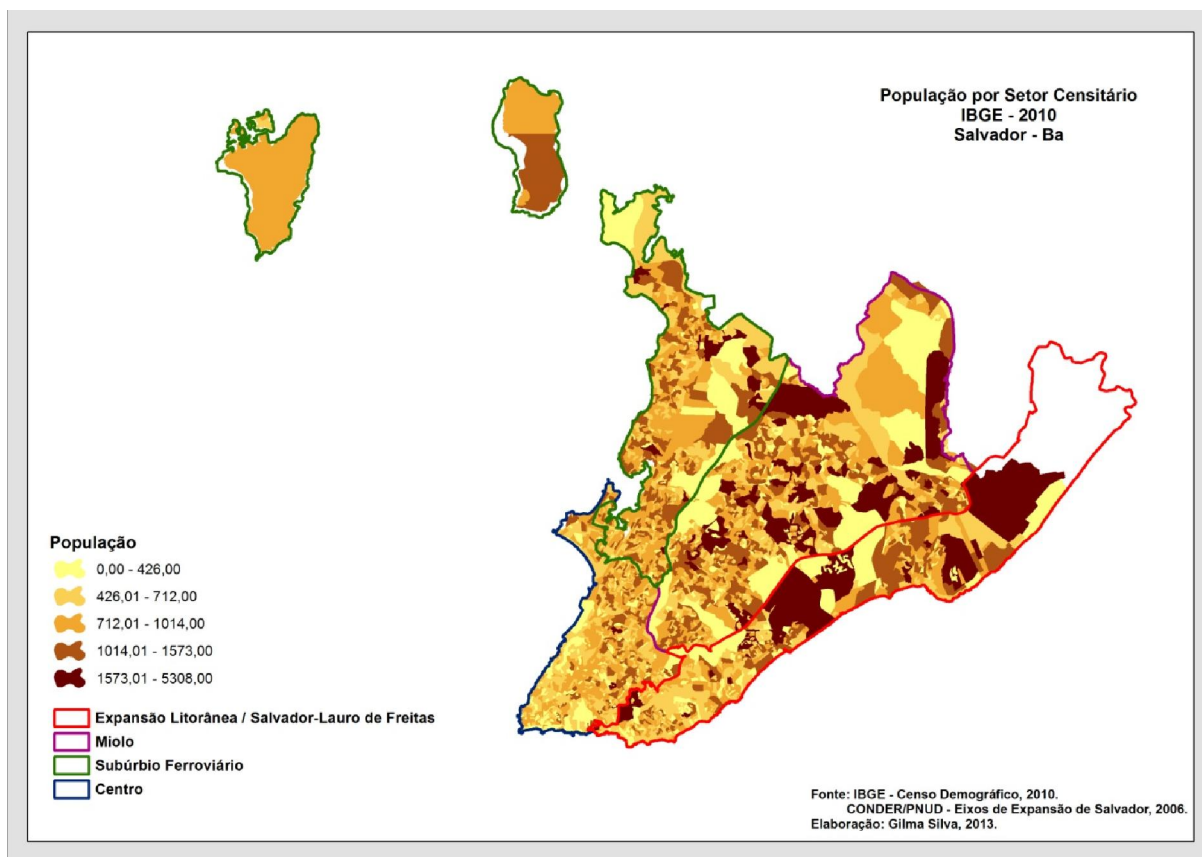
Fonte: IBGE, 2010.

A população com baixos rendimentos continua, predominantemente, povoando as áreas do Miolo e Subúrbio Ferroviário. Os melhores níveis de renda pertencem às áreas da orla atlântica, centro e toda expansão litorânea.

Afirmado essa distorção, pode-se verificar a distribuição da população nessas áreas (Figura 5). Grande parte da população habita a área do Miolo e Subúrbio Ferroviário. Também já é possível notar o crescimento da população para o vetor Norte da cidade, confirmando a tendência de expansão dessa área.

A distribuição da infraestrutura também nos permite avaliar as condições de fragmentação produzidas nos espaço da cidade. Passemos então a análise de cinco serviços importantes para realização da vida urbana, são eles: educação (de nível superior), serviços financeiros, equipamentos de lazer, cultura e transporte.

Figura 5. Distribuição da População da Cidade do Salvador - 2010



Fonte: IBGE, 2010.

A condição da educação em Salvador melhorou nos últimos anos. Isso no que diz respeito à construção de escolas e número de alunos matriculados. Até o início da década de 1990, havia uma concentração de unidades escolares públicas nas áreas centrais da cidade.

Era comum nos bairros periféricos ser oferecida apenas a educação fundamental I e II (1<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries), sendo o ensino médio ofertado apenas em escolas do centro da cidade.

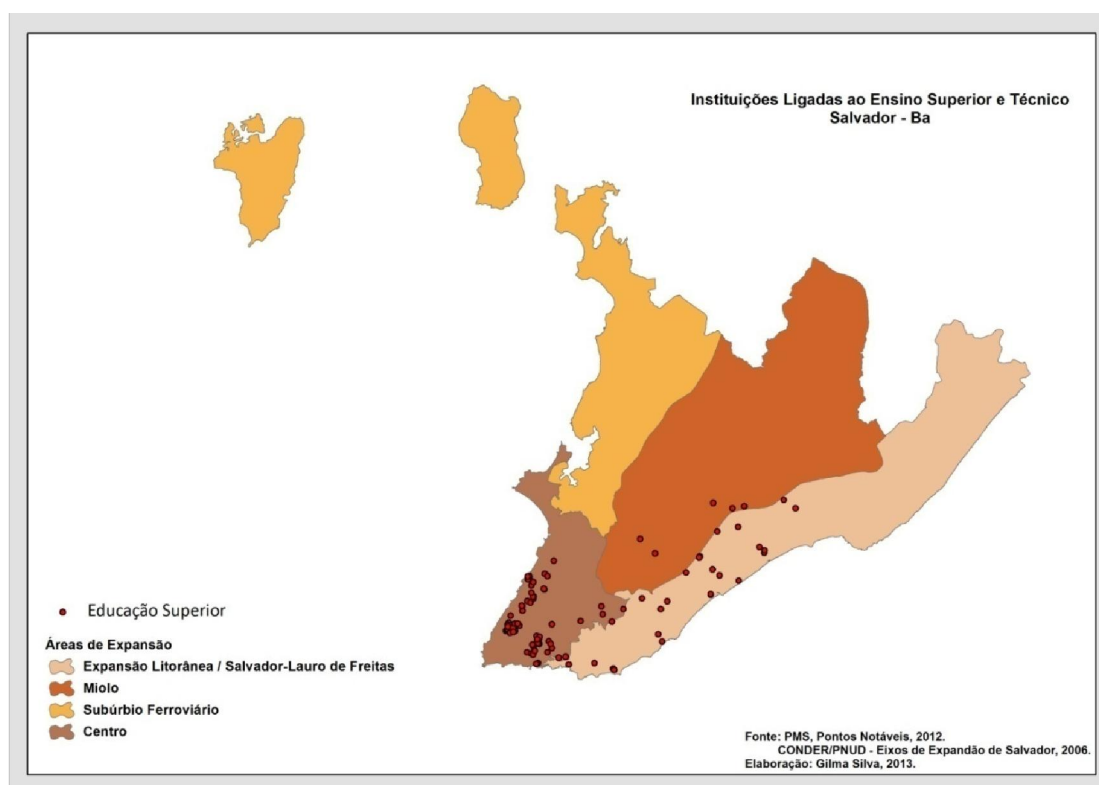
Os vários investimentos na construção de novas escolas alterou esse aspecto, já que as ofertas de vagas estenderam-se para as áreas periféricas, apesar de também ser verificada uma distorção no que diz respeito à demanda ainda crescente de unidades escolares nas áreas em que a população jovem é maior.

Isso desmonta as antigas estruturas de concentração de unidades em áreas centrais da cidade que hoje já não são tão necessárias, já que a população mudou seu perfil etário.

Nas áreas centrais prevalecem a população de adultos, com anos de ensino completos, portanto não fazendo uso desses equipamentos. Esse fato pode ser verificado pela quantidade de enturmação e até mesmo o cancelamento de aulas em turnos específicos, por falta de alunos.

No que diz respeito à educação superior, pode-se verificar também uma concentração na área central da cidade e um crescimento desses estabelecimentos na nova área de expansão (área litorânea), conforme figura 6.

Figura 6. Distribuição das Instituições de Ensino Superior na Cidade do Salvador



Fonte: IBGE, 2010.

Nota-se uma distribuição bastante desigual desses estabelecimentos nos eixos de expansão da cidade. Do total de estabelecimento existentes na cidade (112), a maior parte encontra-se no centro (79) conforme tabela 2.

<b>Tabela 2. Distribuição das Instituições de Ensino Superior por Eixo de Expansão – Salvador/Ba</b>	
<b>Eixos</b>	<b>Nº de Equipamentos</b>
Centro	79
Miolo	6
Subúrbio Ferroviário	0
Expansão Litorânea	27
<b>Total</b>	<b>112</b>

Fonte: CONDER, 2012.

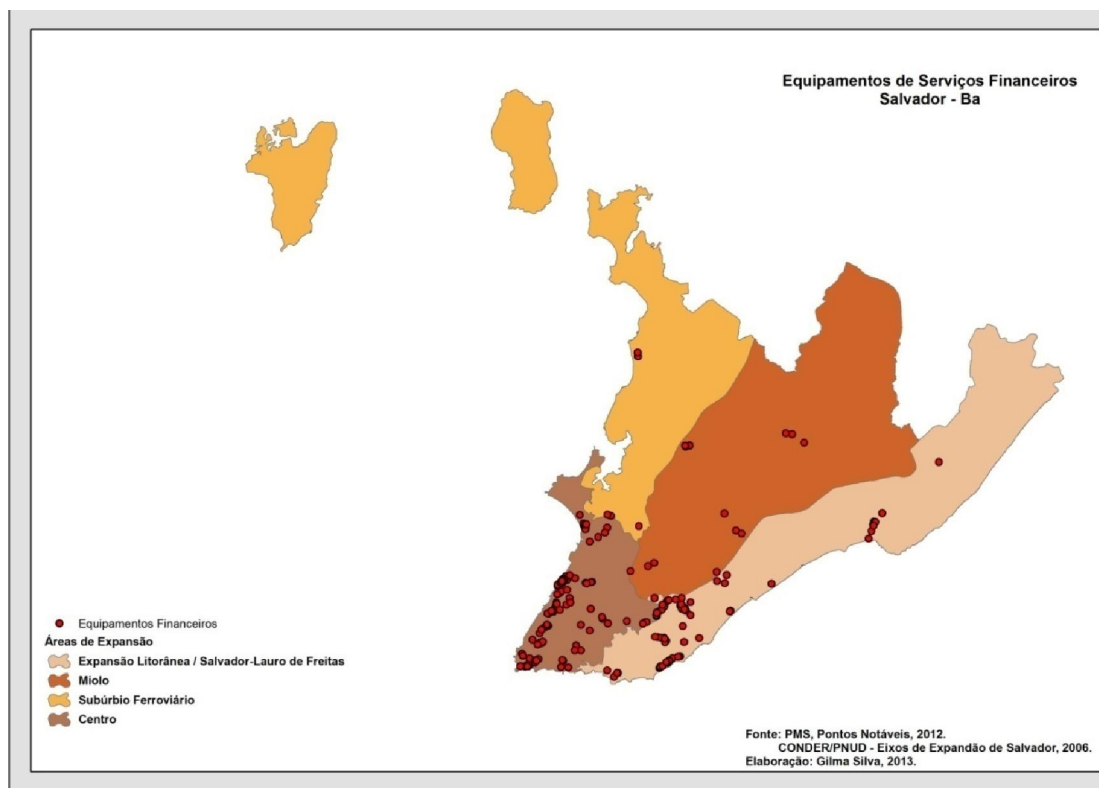
Chama atenção o fato do subúrbio não apresentar nenhum desses equipamentos, apesar de possuir demanda por esse serviço e, ainda, por ser uma área já consolidada a mais tempo que a área litorânea, que já supera a sua condição, sendo a segunda área detentora desses serviços.

A distribuição dos serviços financeiros (bancos e lotéricas) segue a mesma lógica de concentração. Em alguns bairros periféricos de Salvador, a população precisa se deslocar até o centro para fazer uso desse serviço, sendo possível visualizar essa distribuição na figura 7. Dos 201 bancos verificados, apenas 5 estão fora do centro e expansão litorânea (Tabela 3).

<b>Tabela 3. Distribuição dos Equipamentos de Serviços Financeiros por Eixo de Expansão – Salvador/Ba</b>	
<b>Eixos</b>	<b>Nº de Equipamentos</b>
Centro	115
Miolo	14
Subúrbio Ferroviário	5
Expansão Litorânea	67
<b>Total</b>	<b>201</b>

Fonte: CONDER, 2012.

Figura 7. Distribuição do Serviço financeiro na Cidade de Salvador



Fonte: IBGE, 2010.

Pela distribuição verificada nos equipamentos de cultura e lazer (figuras 8 e 9), fica evidenciado que essas atividades são relegadas a segundo plano nas áreas periféricas da cidade. Os equipamentos listados dizem respeito a cinemas, teatro, parques públicos, bibliotecas e museus, em sua maioria, localizados no centro.

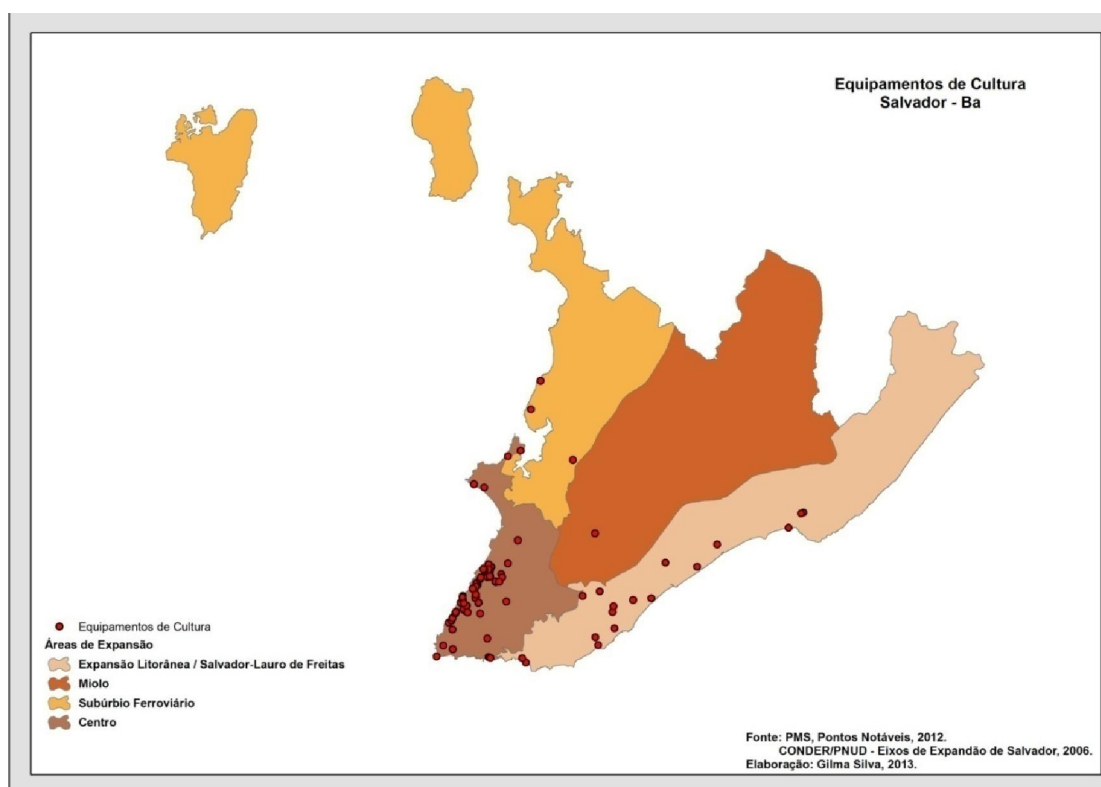
Como já havíamos salientado antes, há uma predominância de concentração dos equipamentos na área central e expansão litorânea, e com a cultura e lazer não foi diferente.

Pensa-se a cidade enquanto lugar de reprodução da vida como um todo, e a população pobre é cerceada desse direito, já que não se apropria de todos os serviços da cidade. Os equipamentos de cultura e lazer praticamente inexistem nas áreas pobres da cidade, conforme indicadas nas tabelas 4 e 5 e figuras 8 e 9.

<b>Tabela 4. Distribuição dos Equipamentos de Cultura por Eixo de Expansão – Salvador/Ba</b>	
<b>Eixos</b>	<b>Nº de Equipamentos</b>
Centro	75
Miolo	1
Subúrbio Ferroviário	3
Expansão Litorânea	17
<b>Total</b>	<b>96</b>

Fonte: CONDER, 2012.

Figura 8. Distribuição dos Equipamentos de Cultura na Cidade do Salvador

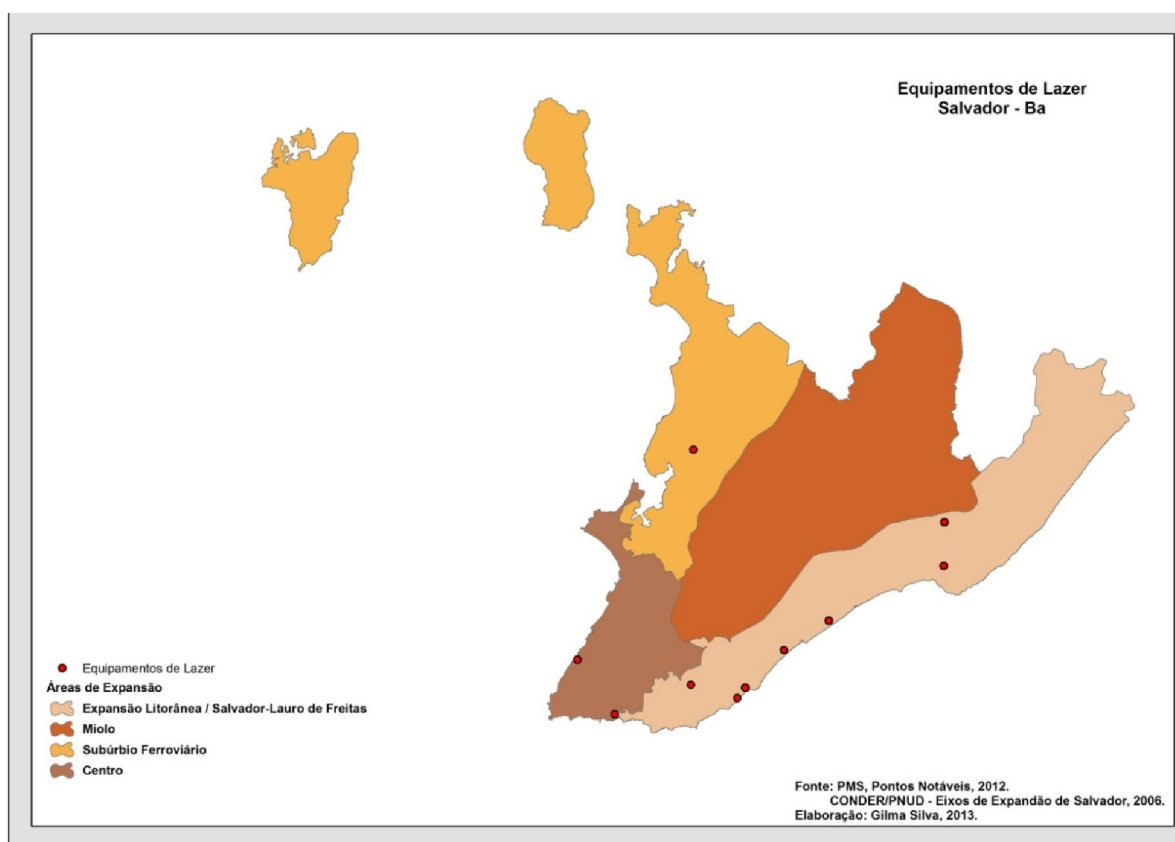


Fonte: IBGE, 2010

Tabela 5. Distribuição dos Equipamentos de Lazer por Eixo de Expansão – Salvador/Ba	
Eixos	Nº de Equipamentos
Centro	2
Miolo	0
Subúrbio Ferroviário	1
Expansão Litorânea	7
<b>Total</b>	<b>10</b>

Fonte: CONDER, 2012.

Figura 9. Distribuição dos Equipamentos de Lazer na Cidade do Salvador



Fonte: IBGE, 2010.

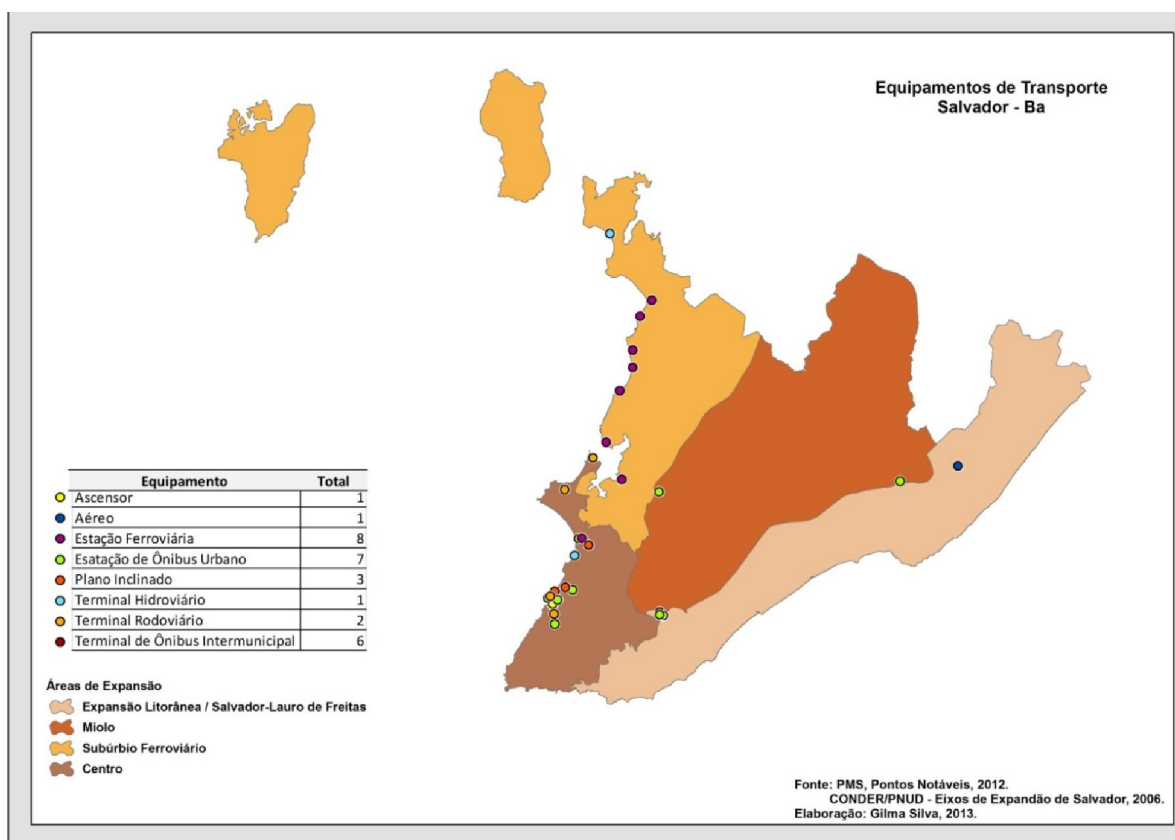
Com esse dado não quer dizer que a população pobre não tenha suas práticas de lazer e cultura. O que queremos evidenciar é tanto a inexistência desses equipamentos nas áreas carentes, quanto a dificuldade de acesso a estes, já que é necessário grandes deslocamentos.

Este fato pode limitar o uso desses bens da cidade, restringindo-o aos que detêm melhor mobilidade. Não existe apropriação plena do seu espaço, e o cidadão encontra-se alheio ao produto do seu trabalho, como um “teatro” em que o cidadão tem o momento determinado de entrar e sair de cena.

Os transportes públicos (figura 10) em Salvador é um dos serviços mais deficitários. A primazia pelo transporte rodoviário aliado a não existência de outros modais, imprime em Salvador a lógica do automóvel e uma mobilidade prejudicada às classes de renda baixa.

Romper as grandes distâncias para trabalhar, estudar, fazer uso dos serviços financeiros, de lazer e cultura, é a rotina dessa população, já que tais atividades encontram-se distantes do seu local de residência.

Figura 10. Distribuição dos Equipamentos de Transporte da Cidade do Salvador



Fonte: IBGE, 2010.



O que verificamos é mesmo a precariedade do serviço oferecido, agravado pela inexistência de um sistema de transporte de massa, o que acaba por afetar a capacidade de mobilidade do cidadão na cidade.

A estruturação do sistema de transporte não acompanhou o crescimento da cidade. A abertura de vias ocorridas ainda na década de 1950 já seguia uma lógica de articulação que privilegiava apenas um estrato da população, conforme ressaltava Sampaio (1999):

Pode-se afirmar que todo complexo viário implantado nos anos 50-70 privilegiou o acesso ao centro e aos núcleos industriais, articulados às áreas de classe média, e média-alta. Já na década de 80, vias próximas da orla oceânica, não por acaso vão ligando áreas mais valorizadas e demandadas pelo mercado à Salvador Ampliada. Tudo isso voltado para a circulação dos automóveis, sem privilegiar o transporte coletivo e um 'sistema de massa', que nos corredores mais saturados nas áreas centrais – França, Barroquinha, Retiro, Iguatemi, etc. – já demandavam soluções desde os anos 70 (SAMPAIO, 1999, p. 133).

Desde então o problema só se agravou, principalmente devido ao grande adensamento ocorrido na cidade. Três dessas terminais – França, Barroquinha e Retiro, citados pelo autor estão em estado de abandono, reduzindo essas áreas a apenas três estações para toda a cidade: Lapa, Estação Pirajá e Mussurunga.

A dependência do transporte público é por parte da população carente, que habita as áreas distantes da cidade, onde há pouca possibilidade de reprodução das atividades necessárias à realização do seu cotidiano.

Essas são as contradições de uma cidade que organiza seu espaço apenas para a reprodução do capital, baseada na “valorização diferencial das diversas frações do território” (SANTOS, 2009, p. 106). Assim,

a organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso (SANTOS, 2009, p. 106).

Esses fatores contribuem para a fragmentação do tecido urbano da metrópole, e um contínuo conflito entre a apropriação privada e a socializada, conforme salienta Carlos (1996, p. 193):

No caso do espaço, este aparece como produto de uma atividade dividida, onde a fragmentação ocorre enquanto produto do conflito entre do processo de produção e sua apropriação privada. Esta fragmentação que se aprofunda divide o espaço em parcelas cada vez menores, que são compradas e vendidas no mercado, como produtos de atividades cada vez mais parceladas (CARLOS, 1996, p. 193).

Nota-se que esse movimento presente na cidade corporativa indica uma integração com a economia mundial. Os fluxos capitalistas atraídos demandam uma lógica de organização complexa, além de arranjos institucionais em todas as instâncias de governo – municipal, estadual, federal. O resultado perseguido é o máximo de crescimento econômico e a bem sucedida cidade empresarial (Harvey, 1989). A Inserção das economias subdesenvolvidas nessa lógica, por meio das grandes cidades, não ocorre de forma plena, já que estas não dispõem de recursos financeiros e organizacionais suficientes.

Em relação à economia mundo, as grandes cidades dos países subdesenvolvidos não ocupam um papel de comando,mas se matem como referência em relação ao seu entorno, principalmente a partir das relações metropolitanas.

Dessa forma, então, as cidades brasileiras, e a Salvador aqui estudada, se liga a essa lógica enquanto processo, que assim como a sua expressão no espaço urbano, é hierarquizado.

## CAPÍTULO 2 – O BAIRRO E SUAS NUANCES

### 2.1 – Muito além de uma perspectiva escalar

A história do bairro como unidade espacial, ao contrário do que muitos pensam, se constitui como uma realidade que acompanha a evolução da cidade desde muito tempo. Segundo Souza (1989), há registros de bairros desde a idade antiga. Esses bairros eram fundamentados sobre bases “tribais e patriarcais”, com uma dinâmica socioespacial coesa e normatização endógena.

A noção e a própria organização espacial do bairro foi mudando com o desenvolvimento das bases técnicas da humanidade. De forma que podemos observar diferentes concepções de bairro a partir de diferentes pontos de vista.

Na perspectiva clássica o bairro funciona como uma entidade de organização fechada e coesa, “estruturado como um coeso agregado de unidades de vizinhança e apresentando uma vida de relações consistente” (SOUZA, 1989). Portanto, para que o bairro exista, é preciso uma vida de relações de vizinhança, o que supomos ser melhor encontrada em comunidades menores, em espaços que possibilitem a realização das tarefas cotidianas. Algo que na organização atual das cidades praticamente inexistente.

Ainda nessa concepção George (1983) ressalta a importância do bairro para a realização da vida urbana:

O bairro é: uma unidade de base da vida urbana [...]. O morador refere-se ao bairro, quando quer situar-se na cidade; tem a impressão de ultrapassar um limite quando vai a outro bairro. [...] É com base no bairro que se desenvolve a vida pública, que se organiza a representação popular. Finalmente, e não menos importante, o bairro tem um nome que lhe confere uma personalidade dentro da cidade. (GEORGE, 1983, p.76 - grifo nosso).

O autor chama à atenção para dois aspectos muito importantes da ideia de bairro, e que carregamos em nosso imaginário até hoje, que a referência espacial e a identidade dos bairros.

A referência espacial é um dos princípios básicos da ideia de bairro. Já a identidade lhe confere, praticamente, a existência ou não do bairro. Esse dois aspectos relacionam-se entre si e fundamenta a ideia de coesão difundida na concepção clássica de formação dos bairros. Além de conferir uma carga simbólica de lugar de realização da vida pública. É nesses bairros que se podem encontrar relações de maior proximidade, e nos quais a apreensão do espaço ocorre de forma plena, sendo necessária a existência de realização das condições do habitar (LEFEBVRE, 2001).

Contrapondo a conceituação clássica de bairro trazida por George (1983), Lefebvre afirma que o bairro não é a base da vida pública. Constitui-se, portanto, “numa unidade sociológica relativa”, que só pode ser concebido a partir da cidade como um todo. Para este autor, a ideia clássica de bairro remete uma realidade de unidades de vizinhança isoladas, com uma forte autonomia, que na prática não se traduz, já que as relações estabelecidas nos bairros estão ligadas a uma lógica maior, que é a cidade. Então para Lefebvre (1975)

O único procedimento científico para compreendê-lo, para defini-lo, determinando seus limites e seu grau de realidade, é o que se baseia na cidade como totalidade e não como um conjunto de elementos ou série de aspectos que engloba (e em consequência na sociedade como um todo superior às formas, às estruturas e as funções). Sejam quais forem as dificuldades de acesso à totalidade e de apreensão do global, este procedimento é o único aceitável; é o único que evita a inadmissível redução do conjunto aos elementos ( LEFEBVRE, 1975, p.199)

Os bairros não são, dessa forma, auto-suficientes, na medida em que dependem de estruturas mais vastas – “municipalidades, poder público e instituições” (LEFEBVRE, 1975, p.202) para equipá-los. Representa parte da realidade urbana, uma fração limitada da teia de relações estabelecidas na cidade, necessitando haver uma contextualização entre os elementos constituintes do espaço. E à medida que a urbanização ganha maior complexidade, fica evidente a necessidade da releitura das relações estabelecidas no bairro.

Desta forma o bairro deve ser entendido enquanto “lócus de uma solidariedade intermediária”, a partir de referências espaciais comuns. Assim, “é no

bairro que o espaço e o tempo dos habitantes tomam forma e sentido no espaço urbano” (LEFEBVRE, 1975, p. 202). É, portanto, um espaço de mediação entre o espaço privado e as relações da sociedade.

As reflexões trazidas por Lefebvre mostram a necessidade de analisar as questões que envolvem o bairro a partir da perspectiva da cidade em seu complexo arranjo de relações. Considerando a dinâmica transformadora da sociedade, os reflexos desta no espaço, e por consequência projetados no bairro.

A realidade que se impõe na sociedade hoje é das práticas capitalistas de reprodução do espaço, sendo necessário, então, que o bairro seja analisado a partir de tais modificações.

Souza (1989) já apontava para a necessidade de contextualizar a evolução das concepções de bairro às transformações ocorridas na organização do espaço da cidade, a partir da inserção da urbanização sob a égide do sistema capitalista. Trazendo no bojo dessas relações a mudança das condições de reprodução do indivíduo na cidade, que, na cidade capitalista se materializa na “reificação do urbano” Souza (1989), definido enquanto materialização de uma concepção abstrata em uma instância concreta.

O urbano enquanto processo, passa a ser visto pelo cidadão como um ente com “vida própria”, ao qual ele pode atribuir a responsabilidade dos problemas da cidade. E tal reificação tem como “pressupostos sócio-espaciais a divisão do cidadão em morador, consumidor e trabalhador” (SOUZA, 1989, p.163).

A partir dessa lógica, o bairro sofrerá grandes transformações em sua estrutura funcional. Desde sua representação clássica na cidade medieval, sendo esses bairros definidos “por uma vida de bairro bastante autônoma e coesa, caracterizada pela coexistência, à escala do bairro (e mesmo da moradia), de funções produtiva e residencial, operando-se ainda no próprio bairro todo consumo rotineiro” (SOUZA, 1989, p.163).

Passa-se, após esse período, às cidades pré-capitalistas, onde a diferenciação social entre os bairros ainda era fraca, sendo sua dinâmica definida pela atração da igreja e comércio que conferia, ainda, uma atmosfera fechada, até a reprodução ampliada do capitalismo no espaço da cidade, o que de fato, trará uma nova concepção de bairro.

As bases concretas das mudanças observadas nos bairros encontram-se na inserção de uma nova lógica de distribuição dos bens e serviços na cidade, bem como nas condições de acesso a esses bens e serviço. A reprodução do capital se dá de forma diferenciada no espaço, o que exige cada vez mais dos lugares, uma adaptação aos meios necessários à reprodução desses sistemas. De forma que há uma crescente especialização dos lugares e uma reprodução ampliada da metrópole fragmenta, coexistindo, ao mesmo tempo, espaços difusos e adensados. Os difusos são aqueles com pouca presença do meio-técnico, e os espaços adensados os dotados do meio-técnico. Estabelece-se, então uma hierarquização do espaço da cidade, sendo a apropriação fragmentada a sua maior expressão.

Souza (1989) chama à atenção para o grau de complexidade que ganhou a cidade, a partir da inserção capitalista.

A aceleração crescente dos ritmos de transformação advinda com o capitalismo, e exponencializada nas últimas décadas (1979 e 1980), torna a grande cidade, fisicamente, cada vez maior e mais complexa, mas ao mesmo tempo, espiritualmente cada vez menor. Um menor que não representa aconchego, mas sim pasteurização cultural, massificação, viabilizadas pelas tecnologias informacionais e de comunicações que encurtam no tempo o espaço geográfico, relativizando-o (SOUZA, 1989, p. 161).

A massificação do espaço social, e até mesmo do bairro, ocasiona permanentes transformações em nome dos interesses econômicos, e acaba por agravar o quadro de deficiência de equipamentos públicos no espaço urbano, sendo estes distribuídos de forma a privilegiar as áreas mais valorizadas das cidades.

Essa massificação chega também ao indivíduo, que constantemente tem o seu direito à cidade impedido de se realizar em sua plenitude.

A fragmentação do seu cotidiano expressa a realização das tarefas diárias a que está submetido o indivíduo: trabalho, moradia, consumo, o afasta da convivibilidade da cidade como um todo. A cidade foge a sua apreensão, devido a esse cotidiano fragmentado, e apropriação desta por parte do indivíduo é limitada, conforme salienta Carlos (2001, p.220): “Quanto mais o espaço é funcionalizado, mais é passível de manipulação, limitando-se às possibilidades da apropriação. Nesse processo o cidadão se reduz à condição de usuário, como o ato de habitar se reduz ao de morar”.

Percebe-se, então, que a inserção dos bairros nessa nova lógica de reprodução urbana, afeta a característica de *locus* da coesão social preconizada na concepção clássica e ainda muito presente no imaginário coletivo.

Jacobs (2000) preconiza a morte do bairro, devido a nova condição da cidade, com funções e serviço descentralizados, questionando se realmente esta é a escala de realização reconhecida pelos cidadãos. “Os moradores urbanos [...] não se predem ao provincianismo de um bairro – e porque deveriam? A vantagem das cidades não é justamente a variedade de opções e a fartura de oportunidades?” (JACOBS, 2000, p.127).

Há uma mudança não só na estrutura do bairro, mas também na relação entre este e seus usuários. Mudanças como a disseminação das edificações verticais – novas formas de morar, dos condomínios fechados (homogeneização das áreas por padrão de renda), e principalmente, na redução da convivência devido a um cotidiano fragmentado e a grande mobilidade que este possui, nos leva a concluir que o bairro, em sua concepção clássica, realmente desapareceu. Sendo então o “novo” bairro construído sobre novas bases, as bases capitalistas de mercado.

## 2.2 – Transformações e permanências

A realidade das grandes cidades hoje é marcada pela intensa disseminação da urbanização, materializada pelos processos de metropolização e mundialização.

A divisão internacional do trabalho impõe novas formas de organizar o espaço das cidades, tanto no âmbito da infraestrutura técnica, quanto na estrutura política da cidade. Para que ocorra uma integração à economia mundial, arranjos organizacionais precisam ser feitos, o que marca a fase do capitalismo atual, na qual o espaço urbano deve apresentar atributos que permitam a reprodução do capital.

O espaço urbano tende a ser, sob essa lógica, o *locus* da realização das atividades capitalista, e os governos passam a ter um papel definidor nessa realização.

Agora “o poder de organizar o espaço se origina em conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais” (HARVEY, 2005, p. 171), e essas conjunções de forças, na atualidade, dizem respeito às estruturas de governo e a iniciativa privada, tendo como objetivos atingir interesses econômicos, expandindo suas áreas de influência. Essa é a lógica que se impõe na cidade na fase atual do capitalismo monopolista, a lógica da cidade corporativa, de uma urbanização corporativa.

Carlos (1996) em sua análise sobre a questão da mundialização das cidades ressalta a importância que as metrópoles têm nesse processo:

A metrópole é vista como um símbolo do mundo moderno, um centro onde a vida flui com incrível rapidez, o que impõe um ritmo alucinante e a banalização de tudo como produto direto da homogeneização. [...] O ritmo da metrópole é aquele da velocidade contínua, de uma anamorfose que faz da fugacidade um espetáculo de imagens e sem sentido (CARLOS, 1996, p. 192).

Temos então a força simbólica exercida pela metrópole, imprimindo além da dinâmica na fluidez dos fluxos econômicos, a construção de uma imagem da cidade, e os atributos que a apresentam como moderna. Por essa natureza, há uma produção, por parte da urbanização (intrínseco ao de metropolização), de padrões espaciais mediado pela lógica da cidade mercadoria.

Como consequência desse processo tem-se a hierarquização dos lugares, e uma inerente fragmentação sócio-espacial. E segundo Carlos (1996, p.192), “na sociedade a fragmentação dá-se através da dissolução de relações sociais que ligavam os homens entre si, na vida familiar e social, bem como na sua relação com os novos objetos [...]”. Esta fragmentação da sociedade atinge o plano do indivíduo, como resultado, também, de uma fragmentação do espaço por meio de “formas de apropriação para o trabalho, para o lazer, para morar, para o consumo etc.”.

Essa condição leva à crescente perda da identificação com os lugares da cidade, e é nesse ponto, que a preconizada “morte” do bairro aparece.

A afirmação de identidade e coesão ao qual é dependente (na perspectiva clássica), não encontra nenhuma condição de realização na cidade corporativa. A



divisão territorial do trabalho chega também à dimensão do indivíduo, sendo este visto como produto, no processo expansão capitalista.

As relações de vizinhanças também são modificadas, desde a incorporação dos novos modelos de moradia (verticalização e condomínios fechados), que já passava por significativa redução, e tem sua culminância no gradativo abandono das ruas, enquanto lugar de encontro e sociabilidade, principalmente nas áreas de classe de renda mais alta.

Isso se relaciona, inclusive, com a forma como as cidades tiveram suas formas urbanísticas transformadas, a partir da implantação da lógica do automóvel, que reduziu passeios, ampliou os muros nas residências e contribuiu para a redução da circulação de pessoas na rua.

A coesão social aludida ao bairro também sofre modificações, e com a redução da convivência de bairro, as relações sociais são diretamente afetadas. Os traços de coesão do bairro são, normalmente, expressos nas relações de solidariedade. Na lógica da cidade capitalista, há uma mudança na concepção do lugar de ocorrência hegemônica dessas solidariedades, já que, o entendimento propagado durante muito tempo, é que o bairro seria o lugar privilegiado de tais ações.

O bairro concebido enquanto espaço imediato da vida e plano de realização das práticas socioespaciais (CARLOS, 2001), associa-se à ideia de lugar, no qual são expressas as relações contraditórias da cidade, mas sob um ângulo individual. Cada habitante, em seu lugar, percebe a cidade e interfere nela. Mas isso não os isenta das influências do seu entorno, de forma que o lugar da cidade atual apresenta-se como “extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário e que se caracteriza por dois gêneros de contribuição: uma é a própria configuração territorial; a outra é a norma, a organização, os regimes de regulação” (SANTOS, 1997, p.20).

Gonçalves (1988, p.24) salienta essa mudança de direção, ao afirmar que, “por conseguinte, as expectativas em relação à vida dos bairros diferem e as solidariedades não se desenvolvem necessariamente de maneira privilegiada com a base espacial”.

O autor chama à atenção para as visões diferenciadas em relação aos bairros. A divisão da cidade em espaços hierarquizados por renda propicia uma

condição diversificada de sociabilidade entre os indivíduos e coloca um novo elemento que é a definição de status, a partir da capacidade de apropriação de determinada área da cidade, conforme ressalta Agier (1988, p.39): “O bairro funciona como signo de posição social na sua relação simbólica como os outros bairros, e pode se metodologicamente ‘reconstruído’ como um ‘reduto’ social que tem sua própria linguagem de classificação dos indivíduos e das famílias”.

Assim a referência espacial do bairro passa ter duas conotações, segundo Gonçalves (1988, p.24): “Para certas populações, o bairro é o lugar de enraizamento total e quase exclusivo”. E para outros o bairro é uma referência apenas à localização, “é, antes de tudo, um modo de se dar a ver socialmente e uma promoção quanto ao alojamento; não é a base privilegiada das relações, nem o lugar de utilizações cotidianas, dispensando-se estas segundo o seu tipo pelo território mais vasto de toda a cidade”.

Desta forma, o bairro expressa as características da própria reprodução da cidade, de fragmentações e contradições. Ao mesmo tempo em que o processo de mundialização tenta homogeneizar os espaços, este pode responder de forma contrária, já que tem um conteúdo histórico a ele associado, o que Santos (1997, p.20) reitera. “O espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranquila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar”.

Diante do exposto, o que permanece na cidade enquanto bairro é referência espacial que este remete e que ainda é muito presente no imaginário do cidadão. Contudo, as transformações evidenciadas pela nova lógica imposta na cidade – a lógica da cidade corporativa lhe dá novas atribuições e sentidos. O bairro na cidade corporativa reflete as contradições presentes no espaço urbano, na realização da cidademercadoria. Os lugares da cidade precisam ser explorados em seu valor de troca, o uso do espaço obedece a uma rígida hierarquia. Isso se traduz na forma diferenciada de apropriação da cidade por parte das classes sociais.

Reflexo dessa lógica de apropriação diferenciada está na redução das relações de vizinhança, e no confronto entre duas realidades: o cidadão que se utiliza do bairro para morar e a do consumidor (investidor). A finalidade atribuída por cada um dessa classe de usuário dará uma conotação diferenciada ao bairro,

conforme salienta Carlos (2001, p. 221): “Assim, o bairro, embora se refira ao plano imediato, é também morfologia, que espelha uma hierarquia social, evidenciada no plano dos bairros, pois a habitação é a forma mais imediatamente visível das diferenciações de classe”.

Assim, o bairro reflete cenários da cidade, que precisam ser vistos sob uma lógica maior, que a cidade e seus arranjos socioespaciais.

## CAPÍTULO 3 – O PLANEJAMENTO

### 3.1 – Limites e Possibilidades

Planejar subteme-se um esforço de antecipar ações, ou como descreve Souza (2008).

Planejar significa tentar prever a evolução do fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido dos prováveis benefícios (SOUZA, 2008, p. 46).

Cabe ainda a distinção entre planejamento e gestão, já que esta diz respeito às ações do presente. “Gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentes disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas” (SOUZA, 2008, p. 46).

O planejamento urbano deve envolver um conjunto de práticas com o objetivo de alcançar a consolidação da organização da cidade. As práticas que conduzem a essa organização, devem levar em conta os agentes envolvidos na constituição de uma cidade, assim como deve significar uma “melhora na qualidade de vida” (ROBIRA, 2003, p. 431).

É cada vez mais difícil verificar a prática do planejamento que conduza a melhoria na qualidade de vida da população como um todo. O que se verifica é a adoção de planos que traduzam muito mais a busca pela solução das questões econômicas que envolvem as cidades, do que a redução dos problemas sociais que se avolumam no seu espaço.

O espaço da cidade é permeado por uma conjunção de forças, movidas por interesses diferenciados. O estágio atual da urbanização é marcado pela crescente expansão do processo de urbanização corporativa. O ato de planejar, dentro desse contexto, afasta-se ainda mais da ideia social.

O processo de acumulação capitalista que se engendrou nas grandes cidades a partir do século XX provocou mudanças significativas na forma de gerência urbana, assim como redefiniu o papel desempenhado pelo Estado.

Iniciado nos países de capitalismo avançado, diante da “ampla erosão da base econômica e fiscal” (HARVEY, 1989, p. 49), a prática do empresariamento urbano se tornou a válvula de escape, na adoção de medidas que mitigassem as crises econômicas das grandes cidades. Assim, “os governos urbanos tinham que ser muito mais inovadores e empreendedores, abertos para explorar diferentes meios para aliviar suas condições miseráveis assim assegurar um futuro melhor para suas populações” (HARVEY, 1989, p. 49).

O interesse da gestão pública passou a se concentrar no crescimento econômico da cidade, por meio da adoção de uma lógica empresarial urbana (HARVEY, 1989). Para tanto, passou-se a adotar as práticas do planejamento estratégico. Que segundo Vainer (2007) é

inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School, o planejamento estratégico, segundo seus defensores, devem ser adotados pelos governos locais em razão de estarem às cidades submetidas às mesmas condições de desafio, que as empresas (VAINER, 2007, p. 76).

A mundialização da economia abriu novas fronteiras para a expansão capitalista, de forma que as cidades acirram a competição pela sua implantação. Todo esforço organizacional deve ser no sentido de torná-las atrativas aos fluxos financeiros e de consumo. Em resumo, o lema passou a ser então a “produtividade, competitividade e subordinação à lógica do mercado” (HARVEY, 1989, p. 49).

Ascende a ideia da cidade enquanto mercadoria, que necessita ser dotada pelos atributos necessários à sua comercialização, conforme aponta Vainer (2007, p. 76):

Talvez esta seja, hoje, uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades

também estão à venda. Isto explicaria que o chamado *marketing urbano* se imponha cada vez mais como esfera específica e determinante do processo e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos (VAINER, 2007, p. 76).

Cada parte da cidade deve se mostrar atraente para o mercado almejado. É a partir daí que se especializam os lugares, além de reforçar desigualdades socioespaciais, inerente ao processo de mercantilização da cidade.

Nesse contexto a própria cidade também é vista como empresa, sai de uma “forma passiva de objeto e assume a forma ativa de sujeito” (VAINER, 2007, p.83), assim como a reificação do urbano (SOUZA, 1989). A cidade passa de uma realidade abstrata para uma concreta, e é tratada como um ente. De forma que a cidade empresa vista pelos planejadores representa uma unidade de gestão e negócio.

Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra nesse mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. (VAINER, 2007, p. 86)

Essas transformações resultam do processo de produção de riqueza, a partir da exploração das singularidades do lugar. Para isso, faz-se necessário um sistema de coalizões, como apresenta Robira (2003).

As formas de gestão e de planejamento das cidades tiveram de se adaptar às exigências da reestruturação e da competitividade urbana. Assim, para levar a cabo intensas e extensas operações urbanísticas, os administradores urbanos estabeleceram amplas coalizões de agentes sociais, políticos e econômicos para convergir em interesses comuns: os planos estratégicos tem sido instrumento idôneos, permitiram que os setores privados se convertessem em beneficiários diretos dos processos de reestruturação (ROBIRA, 2003 p.435)

O padrão de planejamento formalizado sobre essas bases atinge territórios cada vez mais vastos, valendo-se do processo de mundialização da economia. Dessa forma, mesmo sendo o resultado de ações do capitalismo avançado, portanto presente nas áreas de maior dinamismo econômico, as grandes cidades globais, essas práticas foram incorporadas à realidade também das grandes cidades dos países subdesenvolvidos.

As cidades dos países subdesenvolvidos envolvidas nesse processo, não estão inseridas de forma plena na lógica de reprodução capitalista. Consideradas economia emergente, estas ocupam um papel de coadjuvante perto das cidades de economia mundial. A participação, ainda que crescente, nos processos produtivos mais complexos, não é suficiente para livrá-las de uma economia dependente e de sua posição periférica. Por esta razão, o estudo da participação das cidades de países subdesenvolvidos na lógica de reprodução capitalista atual, deve sempre vir acompanhado da análise das repercussões da adoção desse padrão na configuração do seu espaço.

Salvador ocupa hoje essa posição, é uma cidade que apresenta cada vez mais iniciativas para abrigar os fluxos capitalistas, por via de indústrias, comércio e serviços. Acompanhando o movimento nacional, Salvador incorpora as primeiras ações na direção da lógica de mundialização da economia já a partir da década de 1950, com a adoção de modelo de modernização da indústria nos moldes da nova divisão internacional de trabalho. Com políticas de atração de empresas ao seu centro industrial, a custas de incentivos e investimentos privados.

Os processos atuais em que Salvador está envolvida confirmam sua posição de metrópole regional, centro polarizador de serviços e importante polo cultural. Como a maioria das grandes cidades atuais, Salvador se inscreve na lógica de reprodução da cidade enquanto possibilidade de lucro. As práticas do planejamento estratégico já são presentes na cidade há algum tempo. O chamado processo de “revitalização do centro histórico da cidade” é um vestígio dessa iniciativa. Uma política de valorização de uma área que se degrada devido à transferência de sua antiga função para outra área da cidade. A bagagem histórica do lugar passa ser o elemento a ser utilizado como valorização.

Segundo Robira (2003, p. 441) “a recuperação dos centros possui como fim obter a dinamização econômica do conjunto da cidade. As intervenções urbanísticas

estão orientadas para a reconstrução do espaço urbano a fim de alcançar novo valor econômico, social e funcional [...]”. Pretende-se com isso uma refuncionalização do espaço e sua exploração pelo capital. Na maioria dos casos, tais propostas não passaram de meras reconstruções de formas, esvaziadas de conteúdo, pois a vida que às animariam foram substituídas pela exploração comercial, por isso mesmo não se sustentaram.

Afina-se a isso um discurso urbanístico que exalta o culto à forma como motor de processos urbanos (ROBIRA, 2003), e que estas, por si só, dariam conta da complexidade dos processos urbanos. Enaltece a forma e perde-se de vista o conteúdo a muitas vezes a define. A mesma autora ainda salienta que:

O discurso urbanístico se fundamenta na ideia de que a forma construtiva é última causa do bem-estar da sociedade urbana e que a prática urbanística do planejamento das transformações espaciais urbanas é condição necessária para adequar a cidade às condições técnico-econômicas e, assim, transformar de modo adequado a sociedade (ROBIRA, 2003, p. 432).

O conteúdo que preenche a forma também precisa ser considerado assim com as intencionalidades na implantação das formas urbanas. A maioria nasce destinada a um fim que não está explícito na sua produção.

A lógica de reprodução é marcada pela posição ocupada pela gestão pública, no que diz respeito à adoção de práticas capitalista de gerência da cidade, como nas ações necessárias à manutenção de tal lógica.

As repercussões da adoção dessas práticas é reprodução de um tecido urbano fragmentado. Sendo o direcionamento das políticas públicas na dinamização da cidade que se liga ao capital, em detrimento do abandono das áreas as margens desse processo.

A contradição de uma cidade que busca a mundialização, por via das atividades econômicas, abrange a manutenção de um Estado que legitima práticas especulativas, e crescentemente reduz o seu papel de corretor das distorções sociais.

As características desse Estado capitalista são reveladas até mesmo nos instrumentos normativos que regem a cidade, como é o caso da instituição do Plano



Diretorde Desenvolvimento Urbano (PDDU) como norma reguladora do uso democrático do espaço da cidade.

O PDDU de Salvador foi aprovado e sancionado como Lei em 2008 (nº 7.400/2008). Essa Lei dispõe sobre as políticas de desenvolvimento urbano da cidade, segundo aos quais, o espaço da cidade estaria submetido.

Os princípios que regem a política urbana do município estão descritos no Art. 7º da referida Lei:

São princípios da Política Urbana do Município:

I - a função social da cidade;

II - a função social da propriedade imobiliária urbana;

III - o direito à cidade sustentável;

IV - a equidade social;

V - o direito à informação;

VI - a gestão democrática da cidade (SALVADOR, 2008).

É descrito, ainda, na seção 1º da mesma Lei, a função que a cidade do Salvador deverá corresponder:

§1º. A função social da cidade no Município do Salvador corresponde ao direito à cidade para todos, o que compreende os direitos à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à segurança física e psicossocial, à infra-estrutura e serviços públicos, à mobilidade urbana, ao acesso universal aos espaços e equipamentos públicos e de uso público, ao trabalho, à cultura e ao lazer e à produção econômica (SALVADOR, 2008).

Os trechos destacados ressaltam a precisão da Lei ao descrever as funções que o estado deveria desempenhar, a partir da implementação desta, no espaço da cidade. As distorções de uso e apropriação da cidade seriam corrigidas com desenvolvimento de políticas direcionadas ao uso democrático da cidade.

Contudo, a letra não se materializou em ações, e a expectativa em torno da sua concretização é cada dia mais desanimadora.

A lei apresenta contradições de toda ordem, e reflete o contexto da gestão pública que se fundamenta na cidade enquanto mercadoria, e que resulta na disseminação da prática do planejamento excludente e que contribui para a disseminação das desigualdades socioespaciais.

Comparando aos princípios básicos da política urbana que dispõe a Lei, às diretrizes especificadas do desenvolvimento econômico, na seção I do campo regulatório, podemos identificar o que se espera alcançar com o plano:

Art.12. As diretrizes no campo regulatório são:

[...] III - implantação de política pública municipal de atração de empresas, sedes de empresas e novos investimentos;

IV - auxílio aos empreendedores por meio de orientação para obtenção de isenções tributárias ou de incentivos fiscais, definição da localização espacial de novos investimentos e adequação à legislação vigente;

V - redução de custos operacionais de empresas e trabalhadores autônomos, com oferta crescente de serviços via governo eletrônico;

VI - defesa dos direitos de propriedade intelectual, com sustentação ao combate à cópia não autorizada, à falsificação e ao contrabando de produtos;

VII - estímulos e condicionantes a empreendimentos que se beneficiem do mercado soteropolitano com o objetivo de assegurar novos investimentos, sediar direções de empresas e instituições e criar novos postos de trabalho em Salvador (SALVADOR, 2008).

As ideias apresentadas neste artigo da Lei reforça a discussão apresentada anteriormente acerca das características de um Estado organizado nos moldes do planejamento estratégico. Essa relação fica clara a partir da ênfase que é dada a necessidade da adoção de diretrizes de desenvolvimento econômico da cidade, baseado no investimento na atividade empresarial.

As duas seções que seguem na Lei completam a intenção política desenvolvimentista, ao dissertar sobre o fomento à produção de bens e serviços (SEÇÃO II) e a modernização da infraestrutura (SEÇÃO III).

Longe de alimentar a crença da resolução dos problemas urbanos apenas na adoção de Leis, pode-se inferir que a situação é ainda mais incômoda quando percebemos o discurso velado que acompanha esses processos.

Ainda menos, que as ações de planejamento sejam capazes de dar conta de toda complexidade que envolve a vida urbana. O limite deste esbarra no modelo capitalista entranhado nas relações estabelecidas na cidade, e na crescente concepção da cidade enquanto obra comercializável.

O apelo às práticas democráticas de planejamento surge muito mais por uma demanda social, do que como um objetivo a ser perseguido. Já que as condições de desigualdades a que está submetida a cidade avoluma-se de tal forma, que as cidades estão cada vez mais difíceis de governar.

A participação popular, como um desses apelos, é prevista nas ações do planejamento “democrático”, e ganhou notoriedade a partir da aprovação do Estatuto da Cidade, que define as diretrizes das políticas urbanas. Em seu Art. 2º, a Lei estabelece que:

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – Garantia do direito às cidades sustentáveis, entendida como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

II – gestão democrática por meio de participação da população e de associações representativas de vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (BRASIL, 2001)

As diretrizes descritas acima ressaltam o caráter “democrático” publicizado nessa Lei. Ela também define como pressuposto básico a participação irrestrita da população, desde a “formulação, execução e acompanhamento”, do Plano Diretor.

O alto índice de desigualdades evidenciados nas cidades provoca, como resposta, um alto grau de insatisfação da população, que responde em forma de conflitos sociais, além da redução da capacidade regulatória do estado, como analisa Souza (2008).

Seja como for, em uma época em que a capacidade regulatória e de investimento do estado se acha, muito particularmente no tange aos estados superendividados da periferia e da semi periferia capitalista, bastante reduzida, adotar modelos centralizadores e rígidos de planejamento não é apenas uma opção ideológica: é uma necessidade econômica e política (SOUZA, 2008, p.53).

A descentralização do poder como concepção dos governos, podem significar práticas demagógicas. Principalmente, porque essa participação não se efetiva na prática. É preciso avaliar em que condições se dá essa participação. A avaliação do PDDU de Salvador realizada pelo Ministério das Cidades aponta os problemas na efetivação da participação popular:

A efetiva participação da sociedade civil organizada, sobretudo os movimentos sociais, foi limitada desse processo, tornando a participação da mesma apenas retórica, visto que as propostas e demandas apresentadas pelas mesmas não foram incorporadas plenamente no texto final da Lei. (CRUZ & COSTA, 2009 p. 5)

Essa avaliação confirma a ideia de uma participação limitada na formulação das políticas urbanas, não só nessa ocasião, mas no decorrer de todo o decurso da gestão urbana.

Desta forma, as experiências de participação no planejamento e gestão da cidade, constitui um mero mecanismo burocrático, no sentido de cumprir a exigência da legislação. Sampaio (2011) analisa as questões que envolvem os planos diretores e estratégicos, salientando estes aparecem como discursos “ideológicos” e ainda representam,

- O(s) discursos da participação da “participação popular” e da “sustentabilidade”, ancorados num “consenso forjado” (as audiências públicas);
- A volta do urbanismo demolidor e ausência de políticas para ocupar os vazios urbanos, resulta em várias contradições e deseconomias postas nos PDDU's recentes;
- A apropriação privada dos espaços públicos e os investimentos estatais deslocados das demandas e prioridades da cidade-real (SAMPAIO, 2011, p. 330).

De fato, os atuais planos e as práticas a eles associadas, só tem servido para o agravamento das disparidades sociais e econômicas na cidade. A primazia pelo planejamento economicista só contribui para a formação do cidadão que tem a cidade como algo cada vez mais estranho a ele, mesmo sendo obra de suas mãos.

O planejamento que se apresenta não soluciona os problemas sociais, ao contrário,

Trata-se de planificação sobretudo técnica, preocupada com os aspectos singulares e não com a problemática global, planificação mais voltada para o chamado desenvolvimento econômico, quando o que se necessita é de uma planificação sociopolítica que esteja, de um lado, preocupada com a distribuição dos recursos sociais e, de outro, consagre os instrumentos políticos de controle social, capazes de assegurar a cidadania plena. (SANTOS, 2009, p. 127)

O planejamento é algo importantíssimo para a existência da cidade. Reconhecendo essa importância, as possibilidades das ações deste, depende de uma mudança no seu conteúdo, abandonando o viés economicista e primando pela realização social da cidade. Isso, claro, nos convida a um embate com o sistema econômico estabelecido, e nos desafia a assumirmos o posto de cidadão atuante.

### 3.2 – Como o bairro aparece no planejamento

O planejamento é, também, uma questão territorial. As relações estabelecidas no seu processo de apropriação refletem relações de poder. A definição de recorte na metrópole atual ganha novos contornos. Quando, no processo de expansão do processo de globalização, esperava-se a dissolução das rígidas questões que envolviam a definição territoriais ou regionalização, emana o movimento contraditório de reafirmação dos lugares.

A especialização dos lugares e a conseqüente valorização de suas peculiaridades faz retornar a importância da definição dos recortes territoriais. É desta forma que os bairros também figura na cidade, alguns como espaços privilegiados, foco de intervenções urbanas, enquanto outros estão à margem de qualquer ação do estado. Formalizando-se assim a constituição dos bairros de “status”, e reforçando a ideia da cidade corporativa.

O recorte de bairro em Salvador existe enquanto referência à localização na cidade, sem limites geográficos reconhecidos por Lei e sem função administrativa clara. A última lei de bairros aprovada na cidade data dos de 1960 – Lei Nº 1.038, que “fixava a delimitação urbana e suburbana dos distritos e subdistritos do Município do Salvador”, além de dividir a cidade em bairros.

Na ocasião Salvador tinha, institucionalizado, 32 bairros e 20 subdistritos. Foi aprovado como lei, mas não foi incorporado ao cotidiano da gestão pública (SERPA, 2007).

Esses bairros traziam ainda a conformação da antiga Salvador, que apesar de contar com uma grande população (mais de 655 mil habitantes), apresentava, em 1960, uma concentração de adensamentos na área central e subúrbio ferroviário (Figura 11). Nessa época, as transformações urbanas já indicavam a tendência ao adensamento das áreas periféricas da cidade.

Mesmo não sendo uma instância administrativa, o bairro é um referencial geográfico ainda muito presente na cidade.

No que se refere ao planejamento, no âmbito do poder municipal, os recortes territoriais institucionalizados que aparecem no PDDU, é o dos Sistemas Integrados de Gestão Administrativa – SIGA (antigas Regiões Administrativas - RA's). São 17 unidades, compostas pela agregação de bairros.

O bairro aparece de forma secundária no planejamento. A gestão municipal não institucionaliza, mas não impede que este seja utilizado pelas agências de serviços da cidade.

Isso provoca uma série de problemas na vida do cidadão, principalmente no que diz respeito aos endereçamentos. Como não há padronização, as agências – Correios, Embasa, Coelba, adotam suas próprias delimitações de bairro, a partir de critério próprios, e estas todas não convergem.

Para cada agência dessas, há um número de bairros diferente: SEDHAM tem 158; Correios 187; IBGE 241, UFBA 206 e SSP/CONDER 198.

O resultado disso é a constante indeterminação do endereçamento, um prejuízo para os moradores da cidade, que muitas vezes é incluído em mais um local de moradia.

Outra questão a ser analisada é expansão por que passou a cidade desde a última delimitação de Bairro. Novas áreas foram incorporadas ao espaço urbano da cidade, muitas delas legalizadas, mas com um endereçamento de certa maneira, informal.

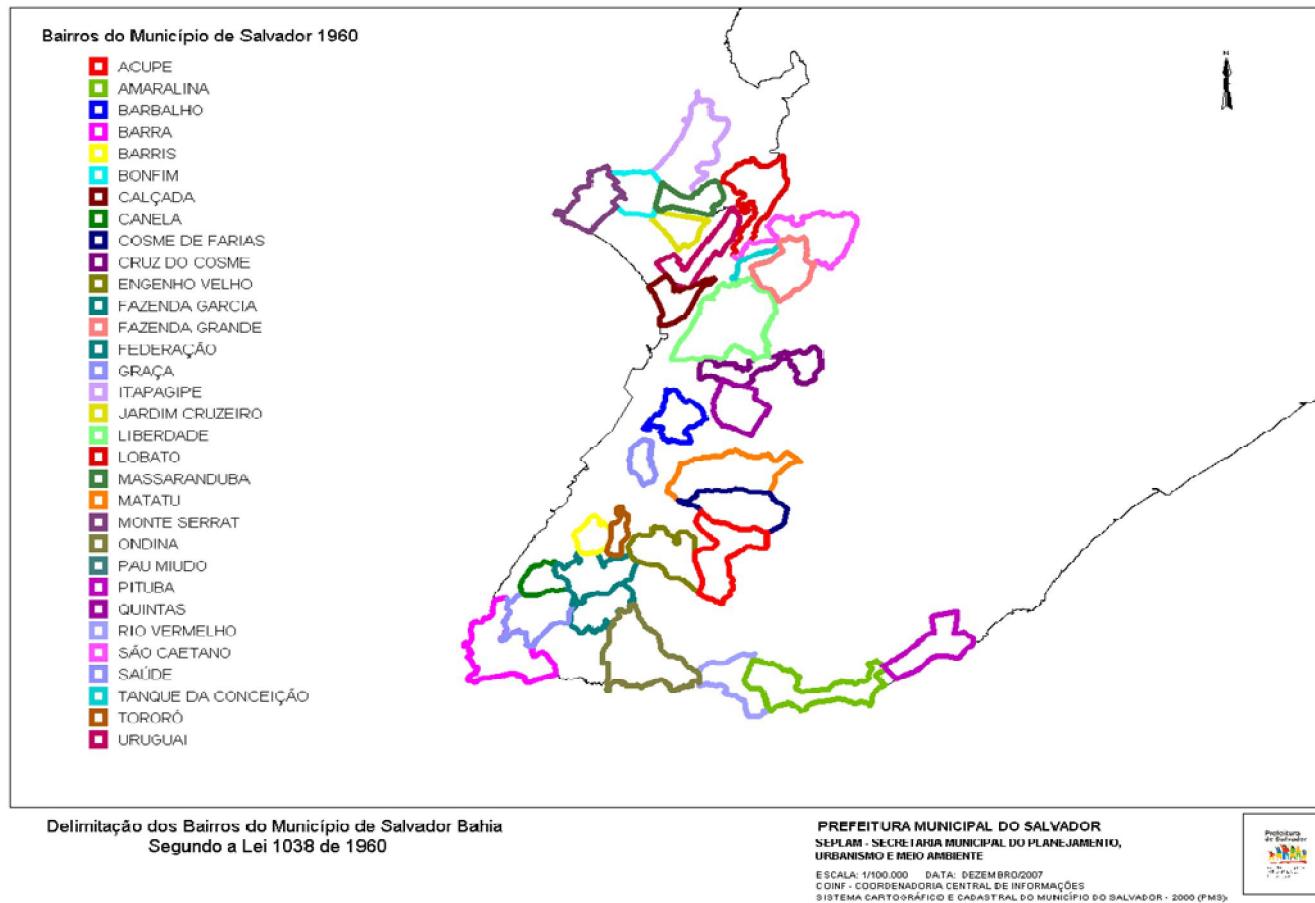


Figura 11 -Distribuição dos Bairros de Salvador em 1960.

Por outro lado, os outros recortes usados pela prefeitura não tem o reconhecimento público. As SIGA's não cumpriram o objetivo para o qual foram formuladas, que consistia na descentralização da administração e uma maior integração entre esses governos "locais" e a municipalidade. Por isso também não teve grande expressividade para a população, ou seja, não se configurou referência espacial.

Os vários recortes presentes na cidade também não se comunicam, nem servem de elo entre a população e a cidade, assim como também não é possível a adoção de um sistema de indicadores por bairros, já que o recorte utilizado pelo IBGE, setor censitário, não é compatível com os limites existentes, além de ser algo ainda muito abstrato para a população.

Enquanto a prefeitura deixa de legislar os bairros, as incorporadoras imobiliárias vendem áreas da cidade, se aproveitando de uma deficiência no planejamento da cidade, apresentando essas áreas como "bairros planejado".

Em anúncios publicados em jornais, foram verificadas essas práticas por parte das incorporadoras imobiliárias.

O primeiro diz o seguinte: "Salvador vai ter um novo bairro, começando do zero, e não será nenhuma cidade de Deus" (A TARDE, 2008).

A referência a Cidade de Deus, pelo que o texto traz, faz alusão à localização onde será instalado o novo empreendimento. A incorporadora indica a mudança do empreendimento do "eixo chique" da cidade, para as imediações da rótula do abacaxi, área considerada popular. O empreendimento ainda prevê a instalação shopping, centro de convenções, escola e hotel. Os investimentos foram calculados em R\$ 1,2 bilhão.

O segundo anúncio apresenta o setor imobiliário como criador de novos bairros. Também chama a área de "bairro planejado", ainda promete revitalizar áreas informais da cidade:

Durante anos, Salvador teve seu crescimento urbano desordenado, gerando uma proliferação de favelas, como Bairro da Paz e as Malvinas. Hoje, a cidade está crescendo de maneira formal. Isso é saudável por que um empreendimento gera ordenamento e tributo para o município (CORREIO DA BAHIA, 2008).



No terceiro anúncio, o empreendimento promete “um bairro planejado para crescer em harmonia com a natureza de uma das áreas mais belas de Salvador”, trata-se da área do Parque de Pituaçu.

O anúncio ainda salienta que a “cidade do futuro já é possível de ser alcançada no presente”, exaltando o avançado sistema de segurança – automatização residencial. Também alimenta a ideia de novos empreendimentos como indutores de desenvolvimento.

Esses anúncios demonstram a perda do comando do espaço da cidade, sendo esse exercido pelas incorporadoras imobiliárias, que apelam para o discurso de desenvolvimento apenas para expandir seus negócios, vendendo a imagem da cidade, desmatando áreas da cidade sob legislação ambiental que prevê restrição ao uso, como é caso área Parque de Pituaçu, que, diga-se de passagem, é uma das áreas que sofreram maior desmatamento da cidade. Ainda se colocam como solução para os problemas de regularização fundiária da cidade, à custa de especulação imobiliária.

As ações do mercado imobiliário na cidade revelam a ausência do cumprimento da legislação urbanística das cidades, no âmbito do Estatuto da Cidade e PDDU, instrumentos elaborados para por fim as ocorrências de práticas de apropriação indevida da cidade. Mas também mostra que a gestão pública está cada vez mais atrelada a essas práticas, por conta de modelo de planejamento que ressalta as desregulamentações no âmbito da cidade.

A propósito de toda essa problemática que envolve a existência de bairros não oficiais em Salvador, a Escola de Administração da UFBA, através Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS, por meio de um financiamento de projeto da CAPES, formulou a ideia do projeto de delimitação dos bairros de Salvador.

A sua realização foi partilhada, além da UFBA, com a CONDER, SEDHAM, SMS-PMS. O projeto de delimitação dos bairros foi incorporado a um projeto maior, que previa a delimitação das bacias hidrográficas de Salvador. Cabe ressaltar que o recurso inicial despedido para a realização do projeto, foi por meio de um edital concedido ao grupo de pesquisa, pelo CNPQ/CAPES.

Mesmo considerando a importância da realização, esse fato revela indícios da forma deficiente e secundária com que é tratada a questão dos bairros pelos planejadores da cidade.

O projeto se diferenciou de algumas experiências de cidades do Brasil por promover a definição dos bairros a partir da concepção dos seus moradores. A população civil e os seus representantes comunitários (dirigentes das RA's), foram os responsáveis em definir o traçado do bairro, reconhecer a formação de novas áreas da cidade que já se constituíam bairro e outras que sofreram desmembramento dando origem a bairros independentes. O trabalho que normalmente é feito em escritórios, apenas com a participação de técnicos, teria agora o incremento da participação popular. O projeto teve como objetivos principais:

- Estabelecer recorte territorial fundamentado na noção de identidade e pertencimento;
- Construir unidades de referência de modo a compatibilizar unidades de planejamento (setores censitários, regiões administrativas, zonas de informação, zonas de tráfego, áreas de ponderação);
- Propor novos limites de bairros - instituídos pela Lei Municipal N° 1.038/1960;
- Referenciar a produção de indicadores sociais, econômicos, ambientais e político-institucionais;
- Padronizar o endereçamento.

Foram estabelecidos critérios para definição dos recortes dos bairros, sendo 5, dos quais 4 obrigatoriamente teriam que estar presentes na área pretendida. Os critérios são:

- Pertencimento da comunidade;
- Existência de unidade escolar de ensino fundamental (a partir da 6ª série) pública, comunitária ou privada;
- Existência de unidade de saúde (pública, comunitária ou privada) de atendimento geral ou especializado;
- Existência de um logradouro hierarquizado como via coletora (ou equivalente em porte/capacidade de fluxo) ou superior;

- Disponibilidade de transporte público, seja por ônibus ou micro-ônibus, desde que regulamentado.

O critério mais importante, e que sem ele uma área não poderia ser considerada como bairro, foi o pertencimento. Esse critério denota o conceito de bairro trazido pela proposta do projeto, que alude a questões simbólicas de relação com os lugares da cidade.

Os trabalhos de delimitação dos bairros de Salvador duraram, desde a sua aprovação e estabelecimento de parcerias, de 2007 até 2009. Como resultado final apresentou o quadro da ocupação e repartição da cidade em 160 bairros (figura 12), incluído as ilhas que se tornaram bairro cada uma.

Após três anos de finalização do projeto, os limites ainda não foram aprovados, e pelo visto projeto de Lei sequer entrou na agenda de discussão da Câmara dos Vereadores. Isso demonstra a falta de interesse por parte do estado em normatizar o território, estando este sujeito às mais diversas formas de fragmentação.

Contudo, mesmo não tendo caráter de Lei, a delimitação realizada pelo grupo está em uso. Seja para atividades de pesquisa, ou mesmo para a organização das atividades de órgão que dependem da representação espacial das áreas da cidade, para desenvolver seus trabalhos.

Não se trata de um bairrismo afirmar que a definição de limites de bairro, já reconhecidos pelos moradores, seria importante. Essa ideia ainda encontra amparo na forma como o bairro é apropriado pelos diferentes grupos na cidade, conferindo-lhe uma existência. Tal existência não está livre das contradições da cidade, conferindo também ao bairro um caráter de mercadoria. Já que este abriga, dentre outros sentidos, a condição de realização das práticas socioespaciais, ao mesmo tempo em que expressa a apropriação diferenciada do espaço da cidade.

As ações de planejamento, no cunho do PDDU, e a gestão cotidiana da cidade de Salvador colocam o bairro na condição de informalidade. Não só pela falta de definição por uma legislação, mas também enquanto possibilidade do seu uso como recorte territorial de planejamento. O bairro aparece como instância mais próxima da realidade cotidiana, enquanto acontecer solidário homólogo e hierárquico (SANTOS, 2001). O que denota as realizações da própria vida na cidade, e o que este é capaz de expressar, de forma que “a metrópole não se explica pelo bairro,

nem o papel do indivíduo na sociedade se resume aos papéis vividos no bairro, mas é possível pensá-la a partir do bairro (em sua relação com a metrópole)” (CARLOS, 2001, p.246).

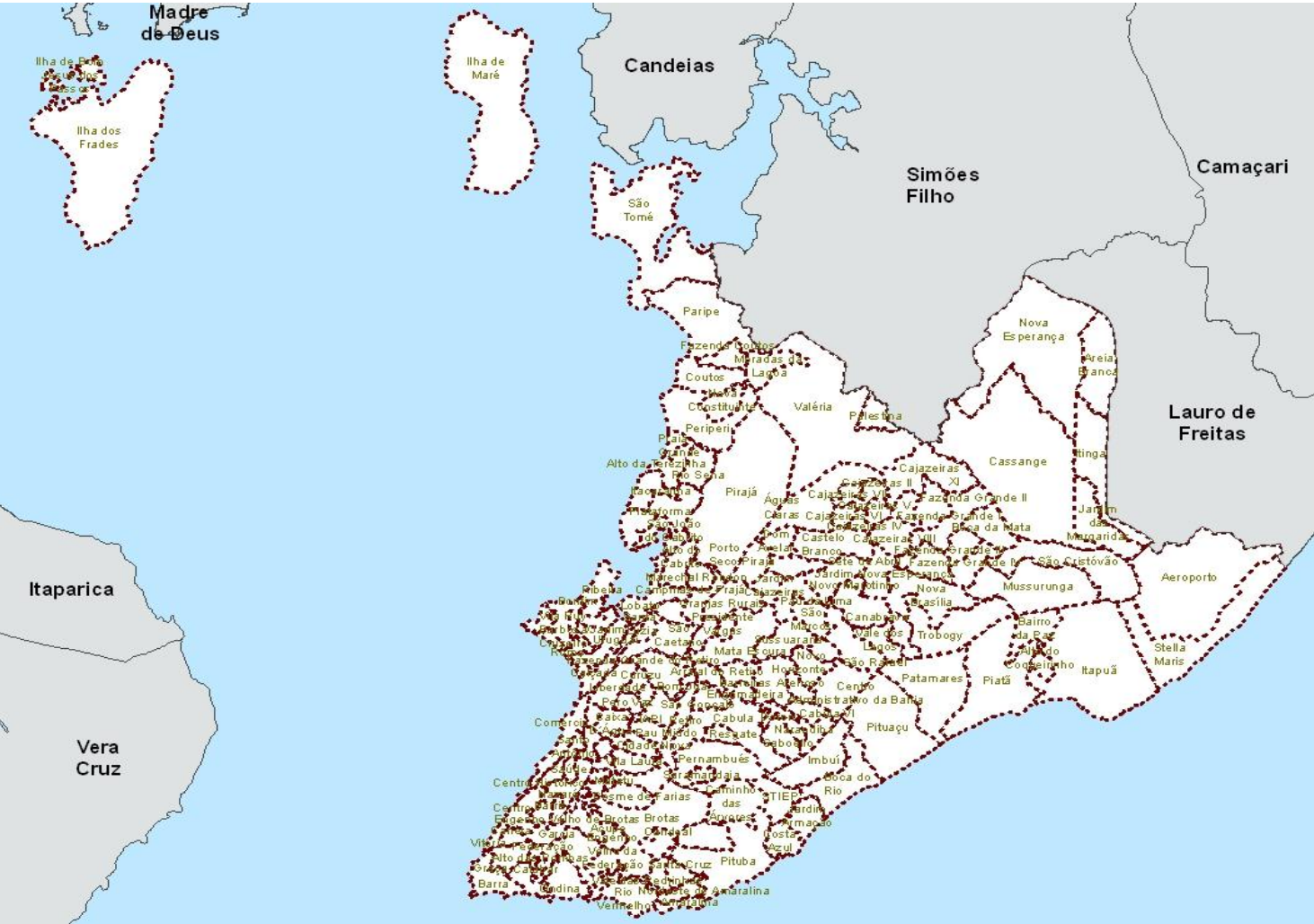


Figura 12. Mapa dos bairros de Salvador 2010.  
Fonte: PMS, 2010.

## **CAPÍTULO 4. A REALIDADE DA CIDADE EM UM PEQUENO RETRATO**

### **4.1 Valéria: o outro lado da metrópole**

Se por um lado a metrópole Salvador está integrada aos fluxos econômicos globais, por via do seu centro de negócios e serviços – *business services* (ALMEIDA, 2006) e ainda pelo crescente apelo econômico atribuído às atividades culturais, sejam elas o carnaval e os recentes eventos esportivos sediados em 2013 e 2014; Por outro lado apresenta ranhuras intra-urbanas profundas, que segundo Santos (2007, p. 151), no espaço da metrópole “há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais”.

Sob esse ponto de vista, o bairro Valéria enseja uma realidade periférica bastante característica. Este representa as duas concepções de periferia: a que é definida pela distância em relação ao centro geográfico, e a relacionada a distância socialmente construída.

O bairro surgiu na década de 1950, na ocasião, fazia parte do município de Lauro de Freitas, do qual foi desmembrado e sua área anexada a Salvador no final da década de 1960. É nesse momento que Salvador conhece sua maior expansão, e passa se voltar para as áreas periféricas da cidade, nas quais havia possibilidade de abrigar o contingente populacional que adensava a cidade, atraídos pelas atividades industriais do seu entorno e, também, pelas oportunidades de emprego possibilitado pelas obras infraestruturais por quais passava a cidade.

Assim, o bairro Valéria recebe seus primeiros moradores: trabalhadores da construção civil, principalmente os que se envolveram na construção da BR-324, motoristas e migrantes dos municípios do entorno de Salvador, atraídos pelos novos postos de empregos.

A ocupação do bairro é a partir da abertura do loteamento de antigas fazendas que existiam na região e ocupações informais (invasões). As fazendas pertenciam às famílias Schindler, Temporal e Omaque.

Conforme a ocupação crescia, terrenos eram invadidos pela população de baixa renda que ali se instalavam.

Ainda na década de 1970, o bairro ainda compunham a área rural de Salvador, o que mostra o depoimento de uma das primeiras moradoras, Maria Augusta, de 68 anos, em entrevista ao jornal A Tarde:

As boiadas que vinham de Feira de Santana para o Retiro passavam por aqui bem na minha porta. Era divertido para a gente que era criança. E para todo lugar que a gente ia só se chegava andando”. A distância do Centro da cidade não fazia muita diferença. “Todo mundo falava que o bairro da gente era longe, mas nunca saímos daqui(A Tarde, 2008).

As condições de deslocamento eram muito limitadas e também não havia infraestrutura suficiente, e segundo o morador José Pereira Souza (A TARDE, 2008), “a compra de alimentos era feita na Feira de São Joaquim e na volta o peso tinha que ser carregado. A condução só chegava até a entrada do bairro de Águas Claras. De lá para cá a gente trazia na mão mesmo”.

Hoje o bairro não se encontra mais na situação de total ausência de infraestrutura urbana, porém está longe de fornecê-la, de modo adequado à população residente.

Valéria possui uma população de aproximadamente 26.210 habitantes, segundo o censo do IBGE (2010), distribuída em 8.106 domicílios, ocupando uma área de 12,17 km<sup>2</sup>. A maior parte da população é de cor parda (54,72%) seguida da cor negra (28,54%). Ainda conserva um percentual de analfabetos que corresponde a 7,40%, superior à taxa de Salvador (3,97%).

Pode-se verificar que o número de analfabetos, segundo o DIEESE (2010), com emprego formal é de apenas 13 pessoas. Cabe ressaltar que os dados divulgados pelo DIEESE (2010) correspondem à região administrativa e não ao bairro que estamos adotando. Valéria pertence à região administrativa de mesmo nome, juntamente com o bairro de Pirajá, e a população dessa área alcança os 56.851 habitantes.

Assim, de um total de 10.698 habitantes da RA Valéria, apenas 18,8 desse total, em número absoluto, tem emprego formal pertence exclusivamente ao bairro Valéria. Associando esse dado ao grau de escolaridade da população estudada,

percebeu-se que 6.674 habitantes com emprego formal, estudou apenas até o ensino médio, caracterizando a maior parte dos ocupados (tabela 5).

Tabela 6. Empregos formais e escolaridade

<b>Número de empregos formais por escolaridade segundo Região Administrativa - Valéria</b>	
<b>Escolaridade</b>	<b>Nº de Empregos</b>
Fundamental Incompleto	1.225
Médio Completo	6.674
Superior Completo	407

Fonte: DIEESE, 2010.

A maior parte dos empregos formais (4.916) gerados na RA Valéria está associado as atividades do setor de serviços, seguidos da indústria (2.830) e comércio (2.709), num total de 417 estabelecimentos, distribuídos nas diversas atividades, conforme tabela 6.

Tabela 7. Estabelecimentos formais por setor de atividade

<b>Número de estabelecimentos formais por grande setor de atividade econômica Região Administrativa Valéria</b>	
<b>Setor de Atividade</b>	<b>Nº de Estabelecimentos</b>
Comércio	221
Serviços	102
Indústria	78
Construção civil	16
<b>Total</b>	<b>417</b>

Fonte: DIEESE, 2010.

Esses dados contribuem para a compreensão das condições de empregabilidade existente no bairro, e se associarmos aos dados encontrados a partir de consulta realizada com a população, percebeu-se que a maior parte dela (65 dos 100 entrevistados), desenvolvem suas atividades de trabalho fora do bairro. Os demais entrevistados correspondem a aposentados e trabalhadores do comércio desenvolvido no próprio bairro, estes nem sempre possuindo os direitos trabalhistas em sua plenitude.

A presença do comércio de produtos essenciais é bastante presente no bairro. Mercados de alimentos (fotos 1 e 2), farmácias, lanchonetes, pequenas feiras, lojas de calçados e confecções, além casas de materiais de construção.





**Foto 1 – Edificações comerciais do bairro Valéria.**  
Fonte: Trabalho de Campo, 2013.



**Foto 2 – Tipologia do comércio do bairro Valéria.**  
Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Os estabelecimentos apresentam uma tipologia peculiar à maioria dos pequenos comércios de bairro. Estão concentrados numa área polarizadora de público, e no caso de Valéria, está presente nas ruas principais do bairro, Rua da Matriz, Jardim Terra Nova e Boca da Mata. Abastece o bairro com bens essenciais e segundo Salgado & Salgado (2011, p. 15) este tipo de comércio é de consumo local, e tem “uma frequência diária ou semanal”.

Para o IBGE (2010), 98,88% dos domicílios do bairro são abastecidos pela rede de sistema de água. Já o sistema de esgotamento sanitário apresenta problemas, mais da metade dos domicílios (52,32%) tem esgotamento considerado inadequado, conforme tabela 8.

Tabela 8. Condições de Saneamento no Bairro Valéria

Nome	Domicílios particulares e coletivos	Abastecimento de água em domicílios particulares permanentes (%)				Esgotamento Sanitário (%)	
		Rede	Poço/Nascente	Chuva	Outra forma	Adequado	Inadequado
Valéria	8.106	96,40	0,30	0,01	3,29	46,93	52,32

Fonte: IBGE, 2010.

O esgotamento considerado inadequado corresponde aos domicílios que fazem uso de esgotamento sanitário sem o tratamento final com as seguintes características segundo classificação IBGE:

- Fossa rudimentar – sanitário ligado a uma fossa rústica (fossa negra, buraco, poço, etc.);
- Vala – sanitário ligado diretamente a uma vala a céu aberto;
- Lago, rio ou mar – sanitário ligado diretamente a um lago, rio ou mar;

Analisando as características descritas, podemos perceber que as condições de saneamento do bairro ainda estão longe de serem ideais. E não muito raro, é comum encontrar córregos de esgoto a céu aberto (foto 3) nas ruas do bairro, assim como um total de domicílios de 2.363 que ainda fazem uso de fossas sépticas. E que dos 8.106 domicílios do bairro, 6.992 destes tem apenas um banheiro em casa.



**Foto 3 – Esgoto a céu aberto**

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Essa situação de insalubridade fica estampada nas ruas do bairro, principalmente ao analisar as condições de realização da coleta de lixo. Apenas 36,95% dos domicílios tem coleta na porta, restando a maior parte dos domicílios (56,5%) depositar o lixo em contêineres dispostos nas ruas (foto 4).

Pode verificar ainda a existência de logradouros sem identificação, sem iluminação pública e com uma fraca arborização, conforme tabela abaixo.

Tabela 9. Infraestrutura dos Logradouros no Bairro Valéria

Nome	Domicílios particulares Permanentes	Domicílio Particular Próprio					
		Com Identificação	Sem Identificação	Com Iluminação Pública	Sem Iluminação Pública	Com Arborização	Sem Arborização
Valéria	8.106	2651	680	3247	84	697	2634

Fonte: IBGE, 2010.



**Foto 4 – Uso de contêiner para disposição do lixo**

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Essa forma de disposição do lixo em contêiner é inadequada, pois a coleta só é realizada uma vez ao dia, e a população não tem horário definido para deposição o lixo, que muitas vezes fica exposto longos períodos até ser recolhido. Sob o ponto de vista estético isso acarreta um aspecto desagradável às ruas, além de representar uma fonte de contaminação permanente. Essa paisagem torna-se “lugar comum” no bairro, infelizmente.

Acostuma-se a conviver com ruas sujas e muitas vezes fétidas, mesmo havendo a cobrança de impostos referentes ao esgotamento e limpeza urbana, o que em teoria, deveria evitar situações como estas. O cidadão de bairros pobres, como Valéria, não têm direito a um ambiente limpo, agradável e bonito.

A questão ambiental pode também estar em desacordo, onde mesmo com um percentual relativamente pequeno, ainda ocorre deposição de lixo em terreno baldio (6,12%) e por queimada (0,73%). Há, com isso, a poluição do solo e possivelmente do lençol freático, pois na maioria das vezes esses terrenos estão próximos a cursos d'água, ainda existente no bairro. Um exemplo, agravado pela ocupação informal, é a área da Lagoa da Paixão (foto 5), importante nascente do Rio do Cobre, localizada no limite a leste de Valéria, tem a qualidade da água comprometida, devido a

ausência de saneamento, e redução de sua área com a supressão da vegetação ciliar devido a expansão da ocupação.



**Foto 5 – Ocupação informal às margens da Lagoa da Paixão.**

Fonte: Google streetview, 2013.

De modo geral as ruas do bairro não têm infraestrutura adequada. Dois aspectos chamam mais atenção pela precariedade, quais sejam as condições de pavimentação (asfaltamento) e condições das calçadas, ambos com impacto direto na mobilidade dos moradores. Grande parte das ruas do bairro não possui asfaltamento, estando essas ainda na condição de leito natural, causando problemas à população principalmente no período chuvoso, quando as condições de circulação é prejudicada devido a lama que se forma (foto 6).

Onde existe pavimentação com asfalto, encontra-se bastante danificado (foto 7), prejudicando a circulação dos automóveis, chegando em momento críticos, até impossibilitar a passagem de veículos de grande porte, como os ônibus. E aonde o ônibus não chega a população segue a pé.



**Foto 6 – Rua sem pavimentação.**  
Fonte: Trabalho de Campo, 2013.



**Foto 7 – Asfalto danificado.**  
Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

As vias principais do bairro Valéria constitui-seum palco de disputas (foto 8). Pedestres dividem espaços com carros, comércio de rua e ausência de calçadas agrava essa condição de circulação. Se pensarmos numa pessoa com dificuldade de locomoção, podemos imaginar que circular por essas ruas constitui-se um desafio.

Este fato também corrobora para observarmos que as ruas também nessas áreas já se resumem a circulação, os locais de encontro estão cada vez mais reduzidos.



**Foto 8 – Calçadas danificadas.**

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

O serviço de saúde pública oferecido no bairro é composto apenas por uma Unidade de Pronto Atendimento (foto 9), que presta o primeiro atendimento em casos de emergência, e por um posto de Saúde (foto 10), que hoje opera apenas com a distribuição de medicamentos e vacinação, além de ser posto de marcação de consulta para hospitais especializados. Consultas com clínica geral, dentista, exames de laboratório e demais especialidade não estão disponíveis nas unidades

públicas existentes no bairro de permanente. O que leva a população a arcar com o ônus da consulta na clínica particular (foto 11), ou se deslocar para outras áreas da cidade.



**Foto 9 – Unidade de Pronto Atendimento.**

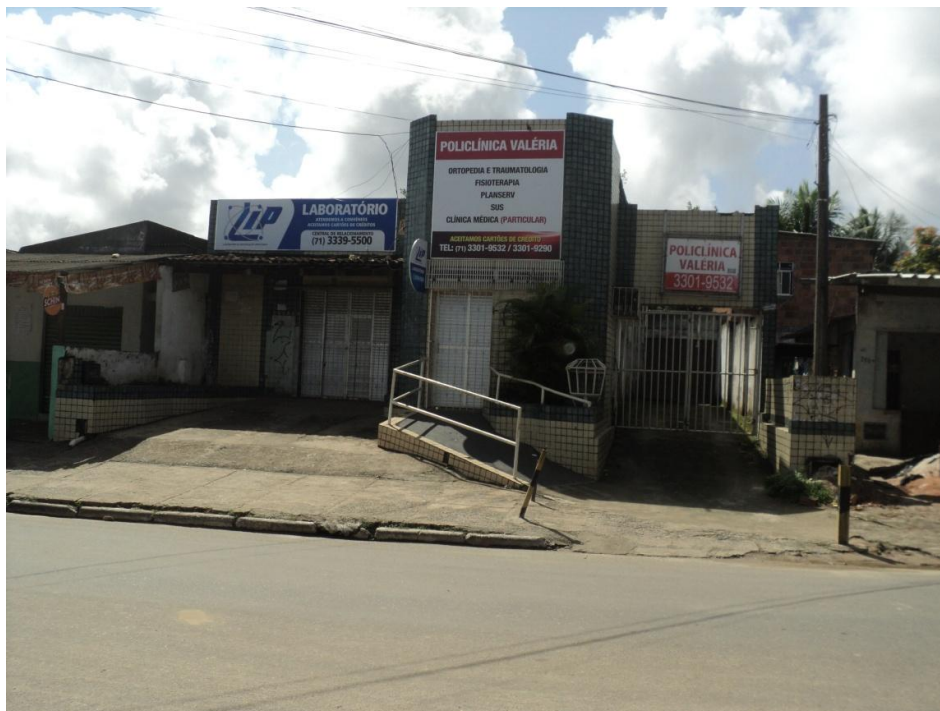
Fonte: Google streetview, 2013.



**Foto 10 – Posto de Saúde Frei Benjamin.**

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.





**Foto 11 – Policlínica Valéria .**  
 Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

A legislação regulatória do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade, em seu art. 108, parágrafos VI e VII, indica as diretrizes para a saúde pública:

V – aperfeiçoamento da organização espacial da distribuição da rede de saúde, segundo regiões administrativas, redimensionando-a de acordo com as características socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas do município;

VI – ampliação e otimização da rede de referência e prestação de serviços, com prioridade para as áreas periféricas e incorporação de hospitais sub-regionais e padrões locais no dimensionamento e operacionalização das Unidades Básicas de Saúde, USB, e ambulatórios;

VII – incorporação definitiva do atendimento odontológico à rede básica de saúde do município (SALVADOR, 2007).

]

A Lei prevê a adoção de medidas que garantam o acesso à saúde básica ainda na abrangência do bairro, contudo, esta não se efetiva. Assim, a população continua sem as necessidades básicas atendidas, e não há indicativo de

mudança. Resta à população dirigir-se a hospitais públicos das áreas centrais da cidade, estruturas também já saturadas.

O direito de que partilha todo cidadão, o de usufruir dos equipamentos urbanos da cidade, não se realiza para os moradores de Valéria. A situação apresentada no bairro evidencia a condição de desigualdade social, quando a população deixa de ter acesso aos serviços urbanos sem dificuldades, é o que afirma Barros & Rodrigues (2011).

A carência de equipamentos urbanos e sociais demonstra a desigualdade social e a segregação de uma cidade, logo, não basta implantar um equipamento, é preciso analisar o local de implantação, a dimensão para atender a população de abrangência, a acessibilidade e a segurança, características importantes para qualificar o espaço urbano (BARROS & RODRIGUES, 2011, p. 10).

O transporte público também se mostra insuficiente para a demanda do bairro, desde o número de linhas que atendem a área, como o destino destas. Valéria conta com quatro linhas regulares: Estação Pirajá, Lapa, Barroquinha e Comércio, estas rodam diariamente em todos os horários. Existe uma linha Pituba que funciona apenas em alguns horários, e uma linha alternativa dirigida ao bairro de Itapuã.

Grande parte da população precisa se deslocar do bairro diariamente, para usar os serviços urbanos ausentes no bairro (saúde especializada, educação superior e lazer), mas principalmente para trabalhar, movimento diário, e não são atendidos de forma adequada.

A mobilidade dos moradores nos movimentos diários para as áreas centrais está condicionada, em sua maioria, ao transbordo da estação Pirajá e Lapa. Em média, um morador de Valéria gasta duas horas no deslocamento diário para o local de trabalho.

É reconhecidamente problemática a condição de funcionamento das Estações rodoviárias – Lapa e Pirajá, já funcionando com superlotação e com infraestrutura defasada. São estações sucateadas, sujas e lotadas em horário de pico, pois é um lugar de confluência de usuários de vários bairros, que fazem baldeação para diversas áreas da cidade.

A justificativa promulgada acerca dessa lógica de confluência, seria reduzido o tempo de viagem dos moradores das áreas distantes dos centros, já que estes, nas estações, teriam outras opções de linhas para o destino desejado.

Acontece que Salvador tem apenas três estações de ônibus urbanos, operando dessa forma, para a toda cidade, além de ter apenas uma única modalidade de transporte público, o ônibus.

Esses elementos são determinantes para o quadro problemático em que se encontra o transporte público em Salvador.

Para Valéria, é importante a implantação e ampliação das linhas para os principais destinos da população. Assim como se faz necessária uma integração entre este e os bairro do entorno, criando rotas alternativas à circulação na cidade.

A linha implantada em horário reduzido (Pituba) está condicionada a um número significativo de passageiros, essa é condição da sua implantação. Não é a necessidade da população, mas as condições de rentabilidade que definem o funcionamento diário dessa linha de ônibus. Com isso podemos observar a ausência do papel do Estado enquanto responsável por salvaguardar os direitos do cidadão, que no caso é a mobilidade urbana. Santos (2007) ressalta a problemática que envolve os transportes numa cidade desigual.

Como mora na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos. E o mesmo que se dá com os transportes. Caros e ruins. Ruins e demorados. Como conciliar o direito à vida e as viagens cotidianas entre a casa e o trabalho, que tomam horas e horas? A mobilidade urbana das pessoas é, afinal, um direito ou um prêmio uma prerrogativa permanente ou uma *benesse* ocasional? (SANTOS, 2007, p. 63).

Ainda chamando atenção para as relações entre o poder público e as frequentes práticas de beneficiamento das concessionárias de ônibus, reitera:

Como há linhas de ônibus rentáveis e outras não, a própria existência dos transportes coletivos depende de arranjos bem-sucedidos, e nem sempre claros, entre o poder público e as

concessionárias. Aliás, com o estímulo aos meios de transporte individuais, as políticas públicas praticamente determinam a instalação de um sistema que impede o florescimento dos transportes coletivos (SANTOS, 2007, p. 63).

A discussão trazida pelo autor nos convida a analisar os problemas dos transportes públicos não apenas por números – linhas insuficientes, ou mesmo as áreas cobertas ou não por estes, como no caso do bairro em estudo, mas também a complexa conjuntura que envolve da disponibilização dos serviços na cidade.

Para a uma compreensão da realidade, se faz necessário analisar contexto, relações e as forças envolvidas no processo. O sistema de transporte não está esgotado por si só, este, está submetido a uma lógica de reprodução da cidade enquanto peça de mercado, onde os lucros podem advir dos mais diversos meios. Essa mesma lógica condiciona diversos aspectos na vida pública, um deles diz respeito ao lazer. Aspecto muitas vezes tratado como secundário, que pode ou não vir a ser vivenciado. Isso principalmente, nas áreas mais carentes, onde os espaços de lazer são diminutos, resumindo-se, quando existe, a uma praça ou campo de futebol.

Num ambiente tão deficiente de todos os serviços básicos, o lazer da população também está comprometido. Entre os moradores consultados, 85% declaram que exercem as atividades de lazer fora do bairro (tabela 10).

Tabela 10. Local de realização das principais atividades da população

Local	Trabalho	Lazer	%
Bairro de moradia	31	16	47
Em outros bairros	69	84	53
Total	100	100	100

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Entre os principais locais citados pelos moradores, em ordem de importância para os moradores estão o shopping, praias e parques (tabela 11). Ainda existe uma cultura, demonstrada nessa consulta, de visitar o Parque da Cidade, a sorveteria da Ribeira e o zoológico. O que é visto como área de lazer no bairro são as praças, local de encontro de jovens e crianças, os bares, para os adultos, e aos idosos não se destina nenhum espaço.

Tabela 11. Local de realização das atividades de lazer da população

Destinos	Total
Shopping	45
Praia	36
Parque	14
Zoológico	11
Cinema	13
Show	9
Viagem	8
Teatro	8

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Só existem duas praças (fotos 12 e 13) no bairro, com equipamentos deteriorados e muitas vezes com seu espaço invadido por carros estacionados.

Os espaços públicos do bairro, como na maioria dos bairros periféricos, praticamente inexistem, o que reduz também de realização da sociabilidade no bairro, promovido pelo encontro da população, e afeta a vivência de bairro. Além de deslocar-se diariamente para o trabalho, no momento de tempo livre não é atraído por nenhuma atividade no bairro.

As relações de vizinhança presentes no bairro são atribuídas, principalmente, pelo grande número de moradores possuindo laços familiares no próprio bairro. A maioria dos moradores nasceu no local, ou veio ainda pequeno para o bairro, sendo possível encontrar várias gerações de uma mesma família.



**Foto 12 – Largo do bairro.**

Fonte: Trabalho de Campo, 2013



**Foto 13 – Praça do bairro.**

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Mas o bairro cresceu, e as relações de vizinhança entre pessoas de famílias diferentes se alargaram. As atividades cotidianas ocupam muito o tempo do morador da periferia, já que este está submetido a grandes deslocamentos, e o espaço do bairro não oferece lugares para atividades recreativas, as relações entre os moradores tendem a se diluir à medida que se intensifica essa separação entre as atividades cotidianas: trabalho, lazer, vida privada (CARLOS, 2001).

Como consequência, tem-se um espaço vazio do seu sentido de vida pública, também vista como a reprodução da cidadania plena.

Muitas vezes, a convivência na cidade condiciona o morador a ser apenas consumidor, sua participação nas decisões do bairro e, por consequência na cidade, é cada vez menos efetiva. Santos (2007) afirma que

o resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente. Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente [...]. A própria existência vivida mostra a cada qual que o espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadão (SANTOS, 2007, p.65).

O direito a “ser da cidade” é impedido a alguns. Antes de ser da cidade, logo cidadão, o morador do bairro Valéria é “de Valéria”. E muitas vezes nem consegue se vê como corpo da cidade, pois se encontra quase que isolado, com uma circulação limitada na cidade, além das deficiências diárias a que está submetido no bairro.

Os moradores consultados selecionaram as coisas boas e ruins que percebem no bairro. Pelo resultado da consulta percebemos que as dificuldades encontradas no bairro afetam o morador também no sentimento de bairro. O único item positivo relatado pelos moradores é a tranquilidade (tabela 12).

Essa é uma questão que contraria as informações normalmente vinculadas na mídia e em diversos meios, que classifica Valéria como um dos bairros mais perigosos da cidade. Isso, claro, depende do tipo de crime de maior ocorrência ao qual está relacionado o Bairro.

Segundo Cabe ressaltar que os dados divulgados correspondem na verdade a três bairros: Valéria, Palestina e Moradas da Lagoa.

Tabela 12. Imagem positiva do bairro na ótica do morador

O que vê de bom no bairro	Total
Nada	40
Tranquilidade	51
Outros	9
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Esses bairros compõem a Área Integrada de Segurança Pública número oito – Aisp 8, delimitação de trabalho usada pela polícia civil.

Então isso reflete a visão estereotipada que muitas vezes é divulgada sobre os bairros periféricos. Não quer dizer com isso que não haja problemas com violência no bairro. Esse é um processo que nenhuma parte da cidade escapa: a violência urbana. Mas que é uma prática comumente repetida na cidade, atribuir rótulos às periferias.

Os aspectos ruins apontados pelos moradores têm como principal reclamação o transporte (tabela 13), como se podia prever.

Tabela 13. Imagem negativa do bairro na ótica do morador

O que vê de ruim no bairro	Total
Tudo	19
Transporte	42
Infraestrutura	17
Saúde	11
Educação	7
Lazer	4
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Ainda aparecem como itens citados a infraestrutura, saúde, educação e lazer. Esses serviços indicam as condições mínimas de uma vida digna na cidade. E isso denota o nível de desigualdade a que são submetidos os habitantes da periferia.



O cenário que se desenhou nesse bairro, é apenas uma pequena partícula de um processo maior presente na cidade. Salvador investe no seu desenvolvimento econômico e deixa de lado a justiça social. As políticas adotadas pelos governos só reafirma essa condição, à medida que reproduz as ideologias de um crescimento sem base social, aprofundam-se as desigualdades. O outro lado da cidade é a fragmentação do seu espaço e por consequência, do seu cidadão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proposto buscou suscitar uma discussão sobre as dinâmicas da cidade, sobre o pré-texto bairro.

O bairro apresenta uma realidade muito rica de significados, envolve questões pragmáticas como um recorte cartograficamente definido - escala, e ao mesmo tempo, questões tão relacionais como o sentimento de pertencimento - referencial.

É indiscutível que as conformações e significações pelas quais passou esta escala / referencial ao longo do desenvolvimento da cidade, lhe atribuiu novas concepções.

Desde a prerrogativa de “morte”, sendo diluído por uma cidade dissoluta, até a sua reafirmação, sob novas bases geográficas. Os lugares se reafirmam na especialização, e o bairro como escala de maior proximidade com o cotidiano, por conseguinte com o lugar, resiste e também traduz a lógica de reprodução da cidade contemporânea.

Salvador passou por transformações no seu espaço urbano, o que lhe conferiu um papel central de metrópole, assim como ampliou desigualdades socioespaciais presentes desde sua fundação.

As desigualdades estão expressas na forma como a população ocupa as diferentes áreas da cidade, seguindo uma rígida segmentação: a cidade dos fluxos capitalistas, mundializada e dotada com a infraestrutura adequada para a reprodução da cidade enquanto mercadoria. E o resto dela, ocupando subespaços, deficientes de infraestrutura e serviços, e mais, aprisionados à lógica de reprodução capitalista.

Assim, a análise da dinâmica do bairro Valéria deixou clara as feridas de uma metrópole que é “corporativa”, mas, também, “fragmentada”. E essa condição se agrava, principalmente, nas áreas periféricas da cidade, por não estarem integradas ao espaço de fluxos (SANTOS, 2009).

A direção do fluxo capitalista aponta para a Av. Tancredo Neves e Orla Atlântica. A primeira área constitui o novo centro financeiro e de serviço da cidade, enquanto a segunda tornou-se a menina dos olhos do capital imobiliário.

Essa mudança na direção do crescimento da cidade, não se deu de forma espontânea. Foi algo engendrado por políticas de incentivo à ocupação de novas

áreas, com a adoção de uma nova política fundiária, assim como houve uma mudança no perfil da gestão pública. O gerenciamento da cidade passa a atender condições rigorosas de manutenção da cidade enquanto produto de mercado. O solo tem preço, a cultura tem preço, a cidade como um todo, tem um preço. E deve se tornar cada vez mais atrativa.

Por isso, o produto cidade, só recebe investimento no que for rentável. Infraestrutura viária para as áreas de maior atração do mercado imobiliário, incentivos fiscais para atrair grandes empresas para o polo industrial, investimentos em grandes eventos, para se inserir no mercado de eventos mundiais.

No lado oposto a essa cidade *bussines*, encontra-se a população que faz a cidade, com sua força de trabalho, mas que só usufrui dela à força. Sem educação, sem transporte sem saúde, e por vezes tão abandonado, que para algumas pessoas da cidade, nem mesmo existe.

A cidade dos negócios não interessa saber que existe um bairro às margens da BR-324, que apesar de ter sido ocupado ao mesmo tempo em que a nova área de expansão, não possui as condições mínimas de oferecer uma reprodução digna à população que ali vive.

Perpassar por essas nuances do desenvolvimento e consolidação da metrópole Salvador, nos permitiu entender que a fragmentação do seu tecido urbano resulta não apenas de ações pontuais, mas de uma lógica muito maior que a envolve, e que condiciona as ações dos seus habitantes em forma de uma ordem distante (SANTOS, 1999), parcela hegemônica do sistema capitalista.

Entender o espaço e os diferentes agentes que o compõe nos indica caminhos para a ação. Que nos permita recobrar o direito ao entorno, à cidade e ao exercício de uma cidadania urbana.

As análises do planejamento desempenhado pelo poder público ainda se mostram deficientes para equalizar os problemas sociais de Salvador. Tratam-se de práticas apenas utilizadas para a manutenção da cidade mercadoria.

A legislação urbanística tomada como base no planejamento se apresenta ambígua, e muitas vezes disfarça interesses econômicos velados em ações demagógicas. As experiências de Salvador com PDDU ressaltam isso, no momento em que exalta uma participação popular irreal, além de apresentar um plano eivado de estratégias para a especulação imobiliária.

Fazendo uma alusão ao que disse Otilia Arantes, quando no uso do eufemismo de “quem faz a cidade”, corroboro com a ideia de que, quem faz de fato a cidade, são as corporações. Facilitado pela mediação do Estado, as corporações imobiliárias estão completamente inseridas na definição do planejamento da cidade.

O lucro advindo desse mercado para as contas da cidade é o almejado. O preço pago é a intervenção cada vez mais decisiva desses grupos. Cria bairros, definem estilo de moradia e ainda representa o incentivo ao desenvolvimento da cidade.

A metrópole Salvador precisa ser atraente ao desenvolvimento de diversas atividades, indústria, comércio e serviços. Para isso abandona velhas formas, moderniza seu traçado urbano e cria novos caminhos de fluidez para a cidade e seu entorno.

A expansão seria então possível, com a abertura de novas estradas e vetores de crescimento. As relações com o solo urbano também são modificadas e seu valor passa a não mais suficiente para abrigar as novas formas. Passa-se então para o valor de troca.

O crescimento acelerado da cidade vai criando padrões diferenciados de ocupação. Áreas de status são consolidadas, e há um movimento de ocupação verticalizada da cidade. As relações sociais são redefinidas e a atmosfera de vizinhança perde-se nessas áreas de verticalização.

A lógica do automóvel se impõe a da rua. O que antes era espaço de convivência passou a espaço de circulação. Perde-se a rua, reduz-se para ganhar o carro. O tempo da metrópole é normatizado, diz respeito ao tempo dos fluxos capitalistas. Mas essa realidade não é homogênea, pois o fenômeno urbano ocorre de forma diferenciada no espaço. O que se verifica pela cidade que não é fluida.

Ela não está articulada aos fluxos hegemônicos, não está no comando e constantemente é invisível. É a mesma Salvador só que sob outra ótica. Essa é a realidade das periferias. Resultantes do mesmo processo que faz surgir áreas privilegiadas, sendo que à periferia coube o ônus do processo.

Todos os aspectos levantados no decorrer desse estudo contribuem para a análise da cidade levando em consideração a teia de relações em que está envolvida, desde a escala global, para a qual tem se definido as metrópoles, a

escala do lugar. E mais do que isso, nos ajuda a perceber como essas escalas estão imbricadas em processos complexos que envolvem a apropriação do espaço.

O olhar para os eventos devem sempre conservar essa perspectiva, se o objetivo é a compreensão do todo.

O processo de analisar os fatos geográficos é por vezes árduo e precisamos ficar atentos para apreender ao máximo o fenômeno pesquisado. No percurso da pesquisa foi necessário refazer caminhos, conciliar o novo e entender os resultados.

A cidade não é uma “reificação”, são os seus habitantes que a animam. Com sua trama de relações e intencionalidades. Se algo precisa ser modificado diz respeito à sociedade estabelecida na cidade.

## REFERÊNCIAS

AGIER, M. Espaço Urbano, família e status social: o novo operariado baiano nos seus bairros. **Caderno CRH**, n. 13, pp. 39-62. São Paulo: dez. 1990.

ALMEIDA, Paulo H. A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana. In: CARVALHO, I. M.; PEREIRA, G. P. (orgs). **Como Anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: Edufba, 2006.

BARROS, F. Pereira; RODRIGUES, A. L. Análise da fragmentação social do espaço urbano de Maringá (PR) em relação à oferta de equipamentos urbanos e sociais. In. **Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Maringá, v. 3. pp. 3-27, 2011.

BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regula os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em: 21 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar Federal n. 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm)>. Acesso em: 21 mai. 2013.

BRITO, Cristovão. A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-Ba a partir de 1970. In: **GeoTextos** (UFBA), Salvador, v. 1, p. 51-80, 2005.

CARLOS, Ana Fani A. A natureza do espaço fragmentado. In. SANTOS. M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (orgs). **Território Globalização e Fragmentação**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, pp. 191-197, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação e espaço – uma nota. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 53 (1), jan.-mar. pp. 139-145, 1991.

CRUZ, Leandro de Sousa; COSTA, Luis A. M. **Avaliação do plano diretor de desenvolvimento urbano do município de Salvador: estudo de caso**. In. Rede de avaliação e capacitação para implementação dos planos diretores participativos. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/mio\\_lo\\_plano\\_diretor.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/mio_lo_plano_diretor.pdf)>. Acesso em: 25 de jan. 2013.

DIEESE. **A Situação do Trabalho no Brasil**: São Paulo, DIEESE, 2010.

FERNANDES, Ana. Autoritarismo, urbanismo e esfera pública. Salvador, Bahia. In: NASCIMENTO, J.; GAMA, H. (orgs). **A Urbanização de Salvador em Três Tempos – colônia, império e república**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011.

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. Tradução de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução. São Paulo: Difel, 1983.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GONÇALVES, António Custódio. Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais. **Revista da Faculdade de Letras**. I Série. v. IV. Porto. 1988. p. 31.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Tradução Luís Octávio da Silva e Micaela Krumholz. **Gegrafiska Annaler**, 71 B, 1989. pp. 3-17.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henry. **De lo rural a lo urbano**. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

PINHO, José Antonio Gomes de. *et. al.* (orgs.). **O caminho das águas em Salvador**: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. 486 p. il. (Coleção Gestão Social).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR - PMS/SICAD. **Base Cartográfica Municipal de Salvador**, escala 1:2.000, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBIRA, Rosa Tello. Planejamento urbano: discurso anacrônico, práticas globalizadas. In: OLIVEIRA, A. U. de; CARLOS, A. F. A. (org.). **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 431-444.

SALGADO, E. C. de Oliveira; SALGADO, G. de Almeida. **Plano de bairro**: no limite do seu bairro uma experiência sem limites. 1 ed. São Paulo: Edição do Autor, 2011.

SALVADOR. Lei n. 7.400/2008. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU 2007 e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.desenvolvimentourbano.salvador.ba.gov.br/lei7400\\_pddu/index.php](http://www.desenvolvimentourbano.salvador.ba.gov.br/lei7400_pddu/index.php)>. Acesso em: 22 maio 2013.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. Do EPUCS e PLANDURB ao não planejamento. In: NASCIMENTO, J.; GAMA, H. (orgs). **A Urbanização de Salvador em Três Tempos – colônia, império e república**. 1 ed. v. 1. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011, pp. 307-340.

\_\_\_\_\_. **Formas urbanas: cidade real & cidade ideal**. 1 ed. Salvador: Quarteto, 1999. 427 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 176 p.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 204 p.

\_\_\_\_\_. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990. 116 p.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 96 p.

\_\_\_\_\_. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 145 p.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 174 p.

\_\_\_\_\_. **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997. 342 p.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente. **Cadernos da Cidade**. v. I, Ano I, n. 1. Salvador: SEDHAM, 2009.

SERPA, Angelo (org). **Cidade popular: trama de relações sócio-espaciais**. Salvador: EDUFBA, 2007. 304 p.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Reavaliando os principais problemas de Salvador. **Cadernos de Geociências**, n. 5, 1996. Disponível em: <<http://www.cadernosdegeociencias.igeo.ufba.br>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. In: **Revista Brasileira de Geografia**, v. 2. n. 51, abr.-jun. pp. 139-172, 1989.



SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade**: uma Introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 556 p.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES O.; MARICATO, E.; VAINER, C. (orgs). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: transformações e permanências. In: NASCIMENTO, J.; GAMA, H. (orgs). **A Urbanização de Salvador em Três Tempos – colônia, império e república**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2011.